

## Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE



Carlo  
Carotenuto



Gilson  
Padeiro



Grazi  
Oliveira



Juliana de  
Souza



Rafael Fleck



### 002ª CECE 11FEV2025

**Pauta:** Os desafios das escolas parceirizadas em Porto Alegre – calendário escolar e ampliação do atendimento em educação infantil.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** (14h07min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Boa tarde a todos. Gostaria de chamar para compor a Mesa: o Sr. Jorge Murgas, secretário adjunto de Educação; a Sra. Carolina Aguirre, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Sr. Lino Morsch, coordenador do Fórum de Entidades; do Conselho Tutelar, os conselheiros Augusto e Vanessa da Rosa, que é a vice-coordenadora da comissão de Educação; a Sra. Salete Alminhana, que é a coordenadora; e o Sr. Maurício da Cunha, secretário adjunto. Também quero citar a presença das conselheiras Vitória Sant'anna e Joana.

Quero propor que nós façamos uma rodada, primeiro, de dez minutos para cada convidado, com exceção do Conselho Tutelar, que vai ter que dividir o tempo; depois, uma rodada de dez minutos para cada vereador – Ver.<sup>a</sup> Grazi, Ver. Gilson, Ver. Carlo e Ver. Jonas. Então, a nossa pauta hoje é: os desafios das

escolas parceirizadas em Porto Alegre, calendário escolar e ampliação do atendimento em educação infantil. Eu vou tomar a liberdade, secretários, e pedir então que o CMDCA fale primeiro; depois, o Lino, representando o Fórum de Entidades. Vamos ouvir o Conselho Tutelar; depois, passamos para os secretários. Pode ser desse jeito? (Pausa.) A Sra. Carolina Aguirre da Silva está com a palavra.

**SRA. CAROLINA AGUIRRE DA SILVA:** Boa tarde, vereadores, muito obrigada pela oportunidade. Que responsabilidade iniciar a fala esta tarde, mas, graças ao bom Deus, a gente já tem uma boa caminhada e a gente consegue também saber, na ponta da língua, as grandes dificuldades que a gente tem. Eu acredito que hoje a gente tenha que tratar principalmente algumas questões, e nós trouxemos um levantamento das instituições. Nós solicitamos às instituições que fizessem uma pesquisa; a partir dessa pesquisa, qual é a necessidade de vagas e de metas que poderiam ser ampliadas, de curto a longo prazo. Falando já na questão da ampliação de metas, nós sabemos que, há alguns anos, não conseguimos vencer, na verdade, a quantidade de crianças que é necessário que entrem na educação infantil. Sempre friso também que a educação infantil, por mais que tenha um momento obrigatório de quatro a seis anos, ainda tem a questão de procura espontânea. Então, muitas vezes, os dados que são apresentados para nós ainda são a quantidade de pessoas que procuraram os setores ou a própria SMED para fazer essa busca de vaga.

O Érico vai entregar para vocês uma cópia do nosso material. Então, hoje, nós teríamos condições de estar abrindo já em Porto Alegre – isso aqui é uma projeção – cerca de 1,9 mil vagas, em várias regiões de Porto Alegre. Nós dividimos tanto por região de OP quanto por Conselho Tutelar, para a gente poder ter um levantamento mais tranquilo. Então, em algumas regiões, como Restinga, por exemplo, nós temos cerca de 600 possibilidades de ampliação. Ao contrário, por exemplo, do Partenon, que é o meu bairro, em que não teríamos, até então, nenhuma possibilidade – e é onde estão algumas regiões que mais precisam. Também me faz pensar que algumas metas que estão aqui hoje...

Saiu, se eu não me engano, uma reportagem dizendo que estão abrindo mais trezentas e alguma coisa de educação infantil. E algumas dessas metas são também na minha instituição. Então, o Partenon também está sendo, de certa forma, atendido agora, mas não está nesse mapa também. Mas, pensando na questão como Conselho, pensando como questão de política pública, que acho que a gente tem que trabalhar isso também aqui hoje, nós temos que pensar como que a gente vai tentar, como um conjunto, sanar um pouco mais essas questões de metas. E aí, talvez, sim, seja a Prefeitura a abraçar essas questões de metas o mais rápido possível.

Nessa segunda folha ali, nós temos uma quantidade de vagas para a ampliação imediata. Então, hoje, quanto à possibilidade de ampliação, teríamos 272 metas. Então já é um pouco mais possível, na verdade, e tem as regiões ali também. Então, o que eu trago, na verdade, é essa necessidade que as instituições têm. Muitas instituições têm as salas já prontas. Foi trazida bastante, tanto na reunião com o Fórum quanto no CMDCA, a necessidade de a Prefeitura poder agilizar, muitas vezes, os trâmites, para que possa fazer o mais rápido possível a parte burocrática, para poderem ser liberados os recursos para começar o atendimento urgente dessas crianças.

Não sei se eu já falo sobre os outros temas também. (Pausa.) Há outra questão sobre o calendário escolar. Nós tivemos uma reunião com a Defensoria Pública, no mês de janeiro ainda, para tratar sobre o calendário escolar. Essa reunião foi muito produtiva, porque nós conseguimos, com muita rapidez, organizar algumas reuniões. E nós vamos ter uma sequência de reuniões com a Defensoria, acredito que junto com a SMED e com o Fórum também, para que nós possamos construir uma proposta de calendário mais unificado para 2026, cuidando os 200 dias letivos que nós temos que ter com as crianças, observando as 800 horas – no mínimo, como diz a lei –, que hoje nós atendemos muito mais do que 2 mil horas. Também trazendo, na verdade, cada vez mais qualificação desses profissionais. Nós sabemos que as equipes da educação infantil, os colaboradores são muito exigidos. Ficar com uma criança em casa é uma coisa, ficar com a responsabilidade de educar e cuidar, como diz a [Resolução nº 15](#), é

completamente diferente num ambiente escolar. Então, nós temos que fazer essa qualidade da educação infantil sempre ser aprimorada. Eu acredito que isso vai ser bem dado, na verdade, nessas reuniões que nós vamos ter também. Eu acredito que, para o primeiro momento, seria isso. Muito obrigada.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Carol. Nós tivemos uma reunião, Ver.<sup>a</sup> Grazi, lá em janeiro – eu participei, junto com a deputada Sofia, junto com o Fórum de Entidades e junto com o CMDCA –, sobre a unificação dos calendários da rede parceirizada e da rede própria. Naquele momento, as entidades já tinham, então, enviado o calendário do ano de 2025 para as famílias e, na maioria, já tinha sido avisado. Então, se iniciaria o calendário escolar dia 10, e o Município entende, entendia que as escolas parceirizadas deveriam iniciar, então, dia 17, com a rede. Só que isso gerou um transtorno. A gente conseguiu dialogar com a defensoria, o fórum e, claro, foi uma reunião demandada por eles, e o secretário entendeu, então, e flexibilizou, nesse ano, que as escolas parceirizadas poderiam, então, manter o seu calendário atual. Mas agora tem uma discussão, no próximo ano, de unificar o calendário. Só que isso envolve várias questões, uma é a questão da própria convenção coletiva, porque hoje os professores que trabalham na rede parceirizada são vinculados ao Sinpro, e ali tem toda uma legislação própria de professores, e é legítimo isso, como o recesso escolar no mínimo de três dias no meio do ano, o dia do professor tem aquele feriado-ponte, então, tem agora umas determinações que a convenção coletiva vai restringir. Então, eu acho que o principal problema, agora, para 2026, é a gente conseguir conciliar a convenção coletiva com o calendário do município de Porto Alegre. Então, isso vai ser um desafio e vocês podem ter certeza aqui que, no que depender da Comissão de Educação, nós vamos ajudar a tentar minimizar os impactos negativos para as entidades. O Sr. Lino Morsch está com a palavra.

**SR. LINO MORSCH:** Boa tarde, então. Eu sou o Lino Morsch, sou, atualmente, presidente do Fórum de Entidades, Direito da Criança e Adolescente de Porto

---

Alegre. Bom, eu vou entrar numa outra pauta que nos preocupa muito, e temos a presença de algumas entidades, com relação à qualificação da educação infantil. A gente iniciou um processo que foi acolhido e apoiado pelo prefeito Melo, também com o envolvimento da Câmara de Vereadores, da qualificação, e o primeiro passo foi de passar os técnicos em desenvolvimento infantil para professores. Foi um grande passo para a nossa educação infantil de Porto Alegre. Mas isso foi acertado dentro de um processo também de qualificar a questão do repasse, para se dar conta, agora, de manter os professores, inclusive com a promessa de, em cinco anos, chegar ao piso. A gente tem negociado com o governo anterior e que segue, um parcelamento anual para manter essa qualificação dos professores, e a gente precisa ver se o novo secretário da SMED que assume nessa pasta já está comprometido em seguir e pagar esse parcelamento. Isso é um ponto. Outro ponto, a gente, com todo esse processo, com essa mudança de técnico para professor, gerou para nós uma mudança sindical, a gente teve que sair dos, então, Secraso e Senalba, para o sindicatos professores, para o Sinpro. E isso onerou, também, a questão dessa mudança onerou as entidades. Hoje, gente, eu fiz um cálculo que a gente está com uma defasagem de 1,5% em cima do repasse, só em função de assumir os compromissos com os novos sindicatos que estão na convenção coletiva e que nós temos que seguir. Então, a gente quer que todas as entidades estejam em condições de poder seguir a convenção. E tem entidades que estão com o freio de mão puxado, porque estão com medo – a gente não sabe ainda se todos já fizeram a mudança –, em função de que isso onera a folha de pagamento, e quando onera, a gente tem que tirar de outros gastos para poder cobrir ali, e isso vai desqualificando outras despesas como alimentação, pedagógica, etc. Então, muito importante nesse momento, que possa assumir junto com a gente a manutenção e continuidade a esse processo. A gente já teve que mudar a data base que era 1º de abril para 1º de janeiro, a gente já teve que dar um reajuste que a gente não tinha de onde tirar, a gente teve que dar já 4,87% de reajuste para os nossos colaboradores, e a gente não sabe ainda, por parte do governo, dessa reposição do dissídio. Então, é muito importante que a gente possa estar

acompanhando esse processo e ajudando as entidades para que o quanto antes tiver um calendário de pagamento do dissídio, da questão dos professores, e a questão desse diferencial que a gente está tendo, em função da mudança sindical também, porque a gente quer que, cada vez, possa atender melhor e qualificar o espaço da educação infantil.

Além desses desafios, quando a gente fala em qualidade, algo que nos demanda muito é a questão da inclusão. É um outro tema que a gente precisa debater e precisa encaminhar alternativas para isso, porque a gente tem que, realmente, poder fazer uma inclusão. E, para fazer uma inclusão, a gente precisa desde capacitação para toda a equipe, como também ver a questão que, se vai aumentar, precisar de mais pessoas trabalhando em educação, precisa aumentar o repasse para isso. Muitas vezes, chega para a gente lá com determinação, inclusive, judicial de encaminhar as crianças, que tem que ter o acompanhamento de mais um adulto. Então, a gente não tem isso organizado. Até quantas crianças a gente tem condições de incluir em uma turma se a cada criança vai acompanhar mais um adulto? Imagina! Uma entidade relatou que estava com dez crianças de inclusão na mesma turma, então, imagina, se você vai ter dez adultos lá acompanhando, como que vai fazer a gestão disso? Então, são desafios que têm aparecido para nós, além dessas questões de poder garantir o que já foi iniciado, o processo de qualificação, de manter a questão desses parcelamentos, e a gente poder, também, apresentar um calendário. Acho que o governo, agora... Nos pediram que desse um prazo em função da reorganização e da reforma administrativa para poder estabelecer um calendário, porque isso é muito importante para as entidades. Poder ter: em tal mês, nós vamos repassar o reajuste; em tal mês, nós vamos repassar a questão dos professores, para a gente poder dar um pouco mais de tranquilidade para as entidades. Eu acho que era isso, por enquanto.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Lino. Gostaria de convidar a Aline Kerber, presidente do Conselho Municipal de Educação, para compor a

nossa Mesa. Pelo Conselho Tutelar, podemos dividir o tempo em dez minutos, para poder... A Sra. Salete está com a palavra.

**SRA. SALETE BASSO DE LIMA ALMINHANA:** Boa tarde, Ver. Fleck, aos demais vereadores, e a todos os que compõem a Mesa. Parabenizo pela iniciativa, porque urge, neste momento, essa discussão. E nós, enquanto Conselho Tutelar, como garantidores de direitos, estamos aqui para cobrar, realmente, a efetivação de políticas públicas e tentar, de forma conjunta, buscar uma solução para esta falta de política pública, especialmente no que diz respeito à educação infantil.

Hoje, na cidade de Porto Alegre, a gente discutia muito, o ano passado, em torno da falta de vagas para 5 mil, 6 mil vagas. Essa é a demanda que chega até nós. A gente sabe que, nos nossos territórios, enquanto Conselho Tutelar, a gente atende muito questões de vulnerabilidade social, e as que chegam até nós, o ano passado, foram em torno de mil vagas, para nós pedirmos, e o Conselho Tutelar requisita a vaga quando há uma negativa. Só que o que vem ocorrendo hoje no município de Porto Alegre, o que os pais estão nos falando? Eles vão até a SMED e o agendamento é para o mês de abril, e quando eles vão pessoalmente até a SMED, lá são encaminhados para o Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar não é gestor de vagas, o Conselho Tutelar é um órgão requisitador, após uma negativa. Após uma negativa, nós requisitaríamos a vaga. A SMED não está dando nem negativa para quem vai lá presencialmente. Alguns pais disseram que foi agendado para o mês de abril. Nós não podemos esperar. Isso é para idade obrigatória; tem pais que fizeram a inscrição, que não conseguiram, que ainda estão na lista de espera, e tem os pais que não têm idade obrigatória, mas está lá no ECA que é garantido a pré-escola. Então, ele é garantido para qualquer idade. É obrigatório a partir dos 4 anos, mas é garantido para qualquer idade. A gente precisa que a SMED atue, que a SMED forneça negativa para esses pais que vão até lá, que obtenham esse atendimento, porque nós não somos uma extensão disso, e ele faz retrabalho, porque eu vou requisitar, eu vou dar um prazo para a SMED responder, se a

SMED não me responder, eu posso representar a SMED em juízo. Nós não podemos deixar esses pais.

A população que a gente atende é em extrema vulnerabilidade social, a sua grande maioria. Eles não têm passagem nem para deslocamento. Então, a gente vem com essa briga ao longo dos anos, não é nesse governo, foram em outros também, e a gente não vê uma solução para o problema, ou quiçá a gente reduzir essa lista pela metade. Nós não vamos achar toda a solução do problema para agora, beleza, mas o que a gente vai fazer para, neste ano letivo, a gente reduzir essa lista pela metade? Como é que vai ser o atendimento? Houve uma redução no RH da SMED, que não está conseguindo fazer esse atendimento para a população, porque, após essa negativa – se houver essa negativa –, o que eu ofereço para a população? Defensoria Pública, que é outra morosidade, porque vai lá e, muitas vezes, vai no início do ano letivo, em março, e é agendado para maio, junho, para ser atendido. Essa criança que tem direito a estar na escola desde o início do ano letivo, no mês de fevereiro, quando começa, ela vai ter, muitas vezes, no final do ano, e, às vezes, ela passa aquele ano e chega aos cinco anos de idade, mesmo sendo idade obrigatória, sem vaga na escola. Então, a gente quer uma solução para esse problema, de que as famílias sejam realmente atendidas neste período, que, se não houver a vaga, se for nessa negativa, mas que não encaminhe essa família de um lado para o outro, porque essa família não tem condições financeiras de andar de um lado para o outro. E mês de abril, para um agendamento, é muito longe, é muito longe. E, muitas vezes, essa vaga da escola depende a vida de uma criança, porque ela está em extrema vulnerabilidade social e ela não pode ficar naquele risco. Ela precisa estar em um espaço protetivo durante este dia, porque o irmãozinho mais velho, ele falta na escola e eu vou ter outro problema da evasão escolar, também no ensino fundamental, porque ele está cuidando do irmão mais novo.

**SRA. VANESSA RAMOS DA ROSA:** Boa tarde, sou a Vanessa Ramos da Rosa, representando a Comissão de Educação, junto com a minha colega Salete e o coordenador. Eu trago aqui, então, alguns dados, um pouco para complementar

a fala da colega Salete. Para quem não sabe, o Conselho Tutelar é dividido em dez microrregiões. Nós temos a microrregião 1, que são as Ilhas, Humaitá e Navegantes. No ano de 2024, pensando em 2024, setembro, nós temos o seguinte recorte: educação infantil, crianças sem vagas; requisições que nós fizemos, enquanto Conselho Tutelar, para garantir direitos, e foram negadas, de fato, essas crianças não estão onde deveriam estar, no espaço protetivo. Então, microrregião 1, com 50 crianças fora da escola, educação infantil, ensino fundamental, 50. Totalizando, na microrregião 1, 100 vagas. Na microrregião 2, que é abrange Norte e Nordeste, educação infantil, 97; ensino fundamental, 36; ensino médio, 3. Total, na microrregião 2, 136 crianças e adolescentes sem escola. Microrregião 3, Leste, Bom Jesus: educação infantil, 175; ensino fundamental, 20 crianças e adolescentes. Totalizando, 195 requisições negadas. Microrregião 4, educação infantil, 60; ensino fundamental, todos foram contemplados. Totalizando, 60 requisições. Microrregião 5, Glória, Cruzeiro e Cristal: educação infantil, 85; ensino fundamental, foram sanadas. Microrregião 6, Centro-Sul: educação infantil, 29 vagas; ensino fundamental, 17; ensino médio, 3. Total, 49 requisições negadas. Microrregião 7, Restinga, Extremo-Sul, a qual eu pertenço. Então, educação infantil, 42; ensino fundamental, 347; ensino médio, 48. Totalizando, 437 requisições. Microrregião 8, Centro: educação infantil, 25; ensino fundamental, foram contemplados. Microrregião 9, Lomba do Pinheiro: educação infantil, 220 crianças; ensino fundamental, 147; ensino médio, 24. Totalizando, 391. Microrregião 10, Nordeste, Eixo Baltazar: educação infantil, 210; ensino fundamental, 521. Totalizando, 731 requisições negadas. Então, senhores, a gente traz esse recorte e traz que em Porto Alegre, de todas as regiões somadas, em 2024, 2.000 crianças, 209 ficaram sem escola. Fazendo um novo recorte, 993 crianças de educação infantil, idade obrigatória. Como traz a colega Salete, a gente tem que pensar a política pública que venha favorecer, que venha trazer de fato, e que a gente possa permanecer protegendo nossas crianças e adolescentes de todos os territórios, porque os recortes são cada um com a sua demanda. Certo? Muito obrigada. Vou deixar com a mesa todos os dados e recortes.

**SR. SR. AUGUSTO CABREIRA SEIXAS:** Boa tarde, meu nome é Augusto Seixas, sou representante da coordenação do Conselho Tutelar de Porto Alegre. Quero saudar a mesa, o Presidente da Comissão, Rafael Fleck, e os demais. Seguindo o gancho que a minha colega falou, no ano passado, com todas essas requisições que não foram atendidas, eu digo mais em especial a minha micro, que eu tenho mais sabedoria de falar, que também, ano passado, a gente mandava requisição para a Secretaria de Educação e voltava. Uma vaga que era na Restinga, mandavam para a Saint Hilaire, que é uma escola lá no Pinheiro. Como, uma família, com vulnerabilidade social, uma mãe que tem um, dois, três filhos, consegue se dividir para deixar um numa escola, outro em outra, e um lá no Pinheiro? Com essa negativa, eles mandaram outra, para a São Caetano, que é uma escola que tem na divisa com o Cantagalo, que é, basicamente, Itapuã, Viamão, que, da Restinga até lá, são dois ônibus e mais uma caminhada de, no mínimo, 20 minutos. Como? A SMED falava, a Secretaria de Vagas falava, que está dentro do raio, que o ECA fala que tem um raio de três quilômetros da moradia que é aceitável, fora do raio, distante, e, mesmo assim, vinha essa vaga e a gente rebatia. Olha só, essa vaga está fora, não dá. E, mesmo assim, continuava. E é por isso que sempre acabamos tendo esse número gigantesco de falta de vaga. Eu acredito que seja muito mais que isso. Isso são os que vão ao conselho tutelar, os que procuram o Conselho como último recurso, ainda tem os que não procuram. Então acredito que esse número seja muito mais alto do que é falado pela minha colega aqui.

Também queria falar rapidinho sobre a questão da Restinga, que tem escolas de educação infantil, entidades que têm potencial para ampliação, para poder liberar vagas para o primeiro ano do ensino fundamental, e as escolas não querem fazer isso. Entidades que têm pronta a escola para poder, salas, metas para poder, e a SMED não deixa. A escola não quer tirar a educação infantil do Jardim B, mandar para uma educação infantil que é tudo integral, que seria tudo integral, para liberar, no mínimo, quatro salas para o primeiro ano, que também é um déficit gigantesco na cidade e na minha região. Isso acontece bastante.

Tem entidades que têm a vaga, como a Carol falou, que têm potencial para crescer, mas não querem. As escolas municipais não querem fechar o Jardim B, não digo fechar, digo transferir para criar o primeiro ano, que é o que precisa na região, em todas as regiões, o primeiro ano precisa, porque não adianta crescer só o número de metas da educação infantil e do primeiro ano do fundamental não ter, não crescer, estagnar. Como é que faz? Soluciona um problema temporário de um ano para depois não ter mais, continuar o problema? Obrigado.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, conselheiro Augusto. Aproveito o espaço aqui para, como nós estamos ao vivo pela TVCâmara, informar que a Defensoria Pública vai realizar um mutirão dia 13 na Av. Sepúlveda, das 10 às 16 horas, com a pauta específica sobre a educação infantil. A presidente do Conselho Municipal de Educação, Aline Kerber está com a palavra, por 10 minutos.

**SRA. ALINE KERBER:** Boa tarde a todos e a todas. Vou fazer minha autodescrição. Sou uma mulher de pele branca, cabelos loiros, ondulados, estou com um vestido laranja e uma pulseira azul, para que todos, então, possam nos enxergar. Me atrasei aqui para a reunião, peço escusas para todos aqui presentes, mas consegui acompanhar aqui alguns dados, algumas informações; cumprimentar a CECE, o presidente e também a Ver.<sup>a</sup> Grazi, que tem se empenhado em manter, e essa é a segunda reunião já. Acho muito importante o papel da Câmara e o papel de vocês nesse processo; os demais vereadores da mesma forma.

Não vou falar sobre quantidade de vagas, acho que esse assunto é bem complexo, porque tem a questão da demanda manifesta, aqueles que mais precisam não conseguem manifestar, não raro essa necessidade. Acho muito importante essa informação do mutirão da Defensoria Pública, todos os órgãos e instituições deveriam se unir, divulgar e possibilitar que essas famílias tenham acesso e possam manifestar a sua necessidade.

Eu gostaria de colocar algo que pontuei na primeira reunião, que é em relação às vagas compradas, que têm sido apresentadas como uma política para a educação infantil aqui no nosso município. Nós, no ano passado, fizemos, e já falei com o secretário Mauricio sobre essa informação, a pedido do Ministério Público, 11 vistorias em escolas com violações, violações de direitos. Numa situação, inclusive, a presidenta Carol do CMDCA estava presente. E o que a gente consegue inferir dessas 11 vistorias, analisando os dados. Das 11 escolas, 10 não têm credenciamento no Conselho Municipal de Educação. Somente uma tem o cadastro. Somente uma tem o credenciamento, as demais somente cadastradas. Por que eu digo isso? Porque isso é muito importante do ponto de vista da qualidade da educação e a possibilidade de fiscalização pelo órgão de controle e pela própria SMED, o órgão de controle, o Conselho Municipal de Educação. Então, é uma política, uma vaga comprada. Portanto, ela se torna uma vaga pública e que precisa de controle público. E há uma associação também com vagas compradas. Tem escolas que têm 60% de vagas compradas em relação ao número total de alunos. Quer dizer, é quase uma escola pública, Ver. Jonas. E com violação. Então, essa associação de não credenciamento, a baixa capacidade institucional de fiscalização a compra de vagas, a gente vê algo como bastante importante de ser pontuado, de ser observado. Essas variáveis que se associam a partir das vistorias que fizemos a pedido do Ministério Público.

Então, quero frisar que a política pode ser a da compra de vagas, porque é um governo eleito, legítimo, e é necessário o incremento substancial das vagas na educação infantil. Mas precisa ser com qualidade, com possibilidade de monitoramento e priorizando, evidentemente, a construção de novas escolas, o fortalecimento das escolas comunitárias, que hoje seguram mais de 80% da educação infantil. Então, acho que esse seria o primeiro apontamento a ser feito. Mas trago aqui de novo, o conselho municipal está há três anos sem sede. O órgão de controle do sistema municipal de ensino, lado a lado, em relação a poder e decisão em relação à mantenedora desse sistema, que é a SMED.

Boa tarde, Ver.<sup>a</sup> Juliana.

Então, acho que, além dessa política, ou para qualificar essa política de educação infantil, fortalecer o órgão de controle, fortalecer a política de credenciamento das escolas, é uma estratégia muito importante. Quero dizer para vocês que, das 284 escolas privadas cadastradas no sistema, somente 123 estão credenciadas; 123 das privadas. Então a gente tem menos da metade das escolas privadas cadastradas que estão credenciadas, ou seja, com autorização de funcionamento.

Então, a política precisa se esforçar para que, não é só garantir qualquer vaga, ainda mais com dinheiro público, essa vaga tem que ser de qualidade, que gere segurança. O que vimos foi violação nas vistorias que fizemos em relação a essa política. Então, acho que fortalecer o setor de normatização da SMED é algo muito importante para fortalecer o credenciamento e possibilitar, além do órgão do CME, que precisa ter o respaldo para fazer o trabalho e os seus pareceres de autorização de funcionamento dessas escolas que, como vocês sabem, friso novamente, estão com baixa condição institucional. O que a gente vê? Recebemos, no início desse ano, do Ministério Público, um despacho que veio para o conselho municipal, 16 de janeiro de 2025, via ofício, que instrui um procedimento da SMED relacionado a uma escola. E o que o Ministério Público vai dizer? E aqui que está o precedente, e que vai de encontro, é contrário a esse novo edital de compra de vagas, é o seguinte. O que o Ministério Público pontua? Considerando a Resolução nº 017, de 2016, do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre, que fixa normas para credenciamento, autorização e supervisão de funcionamento das instituições que ofertam as diferentes etapas da educação básica e suas modalidades, regula procedimentos correlatos decorrentes das funções do Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre, previu, dentre outras regras, que: Art. 4º– O credenciamento é condição prévia que permite às escolas e instituições celebrar acordos, parcerias e convênios com a administradora do Sistema Municipal de Ensino. As escolas/instituições de ensino para firmar acordos, parcerias e convênios com a administradora do Sistema Municipal de Ensino deverão observar os procedimentos e prazos previstos nesta Resolução. Mas o que observamos aqui, nesse edital publicado

agora, em 4 de fevereiro de 2025, é que não há a observância dessa determinação da lei, da nossa Resolução nº 17, de 2016, e da determinação do Ministério Público, o que é bastante ruim do ponto de vista da política pública de educação infantil e da qualidade, especialmente, e os riscos de violação pela baixa capacidade institucional dos órgãos de fiscalização.

Eu trago essas questões que são muito importantes, e também de solicitar transparência da secretaria de educação em relação a essas vagas. Onde estão? Que tipo de vaga comprada é essa? Quais escolas? Quantas vagas por escola? Porque só dessa forma conseguimos, em alguma medida, incidir e trazer melhores apontamentos e soluções. Mas, sem sombra de dúvidas, a vaga de qualidade é aquela que precisa ser monitorada e fiscalizada. E, sem autorização de funcionamento do Conselho Municipal de Educação, é indecente ter vaga comprada. Obrigada.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Pela SMED, nós temos a honra, hoje, de estar presente aqui o secretário Mauricio, o secretário adjunto Mauricio, e o secretário recém-empossado Jorge Murgas. Então, fica a critério de vocês; dez minutos.

**SR. MAURICIO GOMES DA CUNHA:** Boa tarde, presidente, Ver. Fleck, na sua pessoa, cumprimento os demais vereadores aqui presentes da CECE, e o nosso vereador visitante, que vai estar sentado na CECE sempre, o Conselho Municipal de Educação, presidente Aline Kerber, a Carol, presidente, e também os conselheiros tutelares. O conselho tutelar aqui presente me deixa muito à vontade, porque temos questões a resolver. Eu concordo com a fala da senhora. Creio que a SMED tem isso mapeado. Nós temos a compreensão de que a SMED precisa reforçar o seu RH, e está reforçando, foi uma decisão tomada semana passada, concretamente, uma decisão administrativa tomada já no ano passado, mas concretizada agora, com mais RH, para que a gente possa reorganizar a Secretaria, reorganizar setores da Secretaria, e um deles é o Central de Vagas, muito bem gerido pela Daniela Tesche, mas precisa de

melhorias, como todos os setores, os fluxos de processos vão ser desburocratizados. Existe uma burocracia que impede... A morosidade é trazida pela burocracia, e eu tenho o mesmo sentimento de que abril não é um mês adequado, março não é adequado, as coisas têm de acontecer mais rápido, porque a criança está sem escola e isso não é possível. É um direito da criança. Em relação à desburocratização, nós pensamos que o caminho, além do reforço da nossa capacidade de resposta para as demandas, seja também uma relação mais próxima do Conselho Municipal de Educação, dos Conselhos Tutelares, da Defensoria Pública e do Ministério Público. Quando a senhora fala em morosidade, eu penso muito naquelas vagas compradas com a atuação judicial, a judicialização da vaga, isso é um prejuízo. E isso explica um pouco os problemas trazidos na fala da presidente Aline Kerber, porque a vaga comprada não é decidida, quando é em juízo, ela não é decidida pelo corpo técnico da SMED. É uma decisão judicial com as limitações que existem de compreensão de educação por quem não é técnico da área. Então o caminho que nós encontramos neste momento é fomentar a não judicialização de vagas infantis para que a Defensoria Pública busque, e tem buscado, isso já está acontecendo, que é o caminho direto administrativo com a SMED, mediante ofício ou mediante *e-mail*, para que a SMED atenda a compra da vaga infantil, se for o caso, se não houver vaga na rede própria nem na rede conveniada, se procede na compra, e aí sim essa compra vai ser feita com a supervisão dos técnicos da SMED. Isso já nos dá garantia da qualidade dessa vaga que vai ser comprada. Sobre os problemas que existem, a gente tem que combater, tem que resolver. Não é possível, claro, que a vaga comprada não forneça um serviço de qualidade, é desvirtuar a solução, e é uma solução que nós acreditamos que ela pode, sim, tem ajudado muito a SMED. Em relação às vagas que estão faltando, temos um plano imediato agora de criação de 780 vagas na educação infantil, se tratando de quase 30 OSCs no Município, sendo que agora, sexta-feira ou segunda-feira, ou ontem, anunciamos já a criação de 352 vagas na educação infantil em 13 OSCs. Nós temos aqui, secretário, até posso ler para vocês aqui, essas vagas foram criadas, 92 na Lomba do Pinheiro, 82 no Sarandi, 56 na Boa Vista, 44 na

Restinga, 32 no Jardim Botânico, 18 no Partenon, 12 na Azenha e 12 na Nonoai. Então a meta agora é avançar, a partir dessas 352 efetivadas até atingir 780, nesses primeiros meses, e partirmos daí, a partir de abril, quando se tem uma exata compreensão dos números, ampliar ainda no primeiro semestre e começo do segundo semestre, de modo a atingir o atendimento pleno, coisa que não acontece há muitos anos em Porto Alegre. Essas são as formas que encontramos de fazer frente às dificuldades de atendimento. Apenas para encerrar e passar a palavra para o meu colega Jorge Murgas, aproveitando a presença do Conselho Tutelar da Zona Sul, da Restinga aqui, do Extremo-Sul, e também que essa situação ilustra um pouco as dificuldades da SMED, nós temos uma situação lá de atendimento de crianças de anos iniciais, que nós viemos falando com a Defensoria e com o Ministério Público de como atender. São crianças que não estavam... Essa demanda não estava no horizonte da SMED, não estava nos nossos números, porque são anos iniciais desligados pela Seduc, sem um planejamento conosco. Isso serviu para que a gente compreendesse o problema que está acontecendo em vários locais da cidade, buscássemos a Seduc; a Seduc veio conosco em três ou quatro reuniões, audiências do Ministério Público, e combinamos que daqui para frente isso vai ser feito de um ano para o outro, com a programação para a SMED consiga se preparar, tanto no espaço físico, que é a nossa dificuldade na Restinga, para atender essas crianças, quanto em RH. O espaço físico é o mais difícil, e a solução que a gente está sugerindo e construindo com o Ministério Público e com a comunidade escolar precisa ser compreendida também pelo Conselho Tutelar, que hoje seria levar as crianças para a escola Saint Hilaire, no caso. É uma quilometragem que excede o normal, mas fizemos isso durante a enchente, com a capacidade de resposta dos ônibus novos e bem organizados para levar as crianças e trazer de manhã e de tarde. Fizemos isso com várias escolas, isso funcionou muito bem durante a enchente, e a gente acredita nessa solução temporária. Esse é um fato que trago aqui, porque são atendimentos de crianças de anos iniciais que a SMED precisa dar conta, só que infelizmente não estavam no planejamento por conta dessa mudança de rumo do atendimento das crianças

pelo Estado, e eles estão certos. Não certos na maneira de fazer, mas agora vamos calibrar isso, mas certos ao dizer, ao compreender que cabe ao Estado o ensino médio e cabe ao Município o ensino fundamental e infantil. A gente tem que evoluir para que o Município amplie cada vez mais a sua resposta no ensino fundamental também. Vou passar a palavra para o meu colega, muito obrigado.

**SR. JORGE LUIS RODRIGUES MURGAS:** Boa tarde a todos, boa tarde, Ver. Fleck, demais vereadores, colegas da Prefeitura, Fórum das Entidades, Carol aqui, representando o CMDCA. Eu estava até esses últimos quatro anos no primeiro mandato do prefeito Sebastião Melo como secretário adjunto de parcerias. Fui convidado pelo prefeito para que a gente pudesse ingressar lá e ajudar na gestão da SMED. Posso dizer que, ao longo desses primeiros quatro anos do mandato do prefeito Melo, nós trabalhamos fortemente em um projeto de educação que visa a construção de dez novas escolas em regiões onde há demanda. Essas dez novas escolas vão acrescentar aproximadamente 2 mil vagas para a rede própria. É um projeto que está avançado, concluído, em fase final de análise pelo Tribunal de Contas, e a gente acredita que, nesse primeiro semestre, a gente consiga publicar a licitação para essa construção dessas dez novas escolas. Tem um prazo de 24 meses de construção. Além disso, tem a manutenção e reforma de toda a infraestrutura das escolas próprias hoje, das 96 escolas que estão dentro do projeto, com a possibilidade, inclusive, de melhoria do mobiliário e todo o equipamento. Basicamente, essa é a minha contribuição nesse momento de fala, em função desse déficit de vagas, que, do nosso ponto de vista, é prioridade. Eu entendo que a Salete colocou, em relação a essa necessidade de ampliação das vagas, a gente tem trabalhado fortemente nisso. A questão da publicidade e da transparência do edital de credenciamento que a Aline colocou, a gente vai trabalhar nisso fortemente para que isso seja público e transparente, que esse é um dos princípios da administração. Basicamente, seria essa a minha fala inicial, e a gente fica aberto, o gabinete, para poder contribuir nas demandas que chegarem, tanto das entidades quanto dos vereadores aqui.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, secretário Jorge. Gostaria de citar aqui a presença da nossa Vice-Presidente Ver.<sup>a</sup> Juliana de Souza, do Ver. Marcelo Bernardi também que está conosco hoje aqui. Vamos fazer a rodada, então, dos vereadores? Pode ser? A Grazi pediu prioridade hoje. Está dada a prioridade, Grazi. Dez minutos, então, para cada vereador.

**VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL):** Olá, gente, boa tarde para quem está nos acompanhando na TVCâmara, quem está presente, aos nossos convidados hoje. Estamos debatendo uma pauta, um assunto que é bastante importante e que nos custa muito, nos é muito caro, principalmente quando a gente sabe das necessidades das mulheres, que hoje estão aguardando para que haja vaga, para que os seus filhos possam estar em um espaço seguro, para que elas possam também, de fato, acessar o mercado de trabalho. Ainda mais quando nós falamos de mulheres que são mães solas, chefes de família, e que precisam levar o alimento para dentro de sua casa, para poder garantir, minimamente, subsidiar a vida da sua família. Então, quando a gente fala de educação infantil, a gente tem que partir dessa reflexão. E eu quero partir dela, porque nós falamos em números, nós falamos em vagas, em falta de vagas, em espaços, que a gente precisa pensar quem são os mais atingidos, quem deixa de ter acesso a esse direito, que é o direito à educação, que é a criança, e quem deixa de ter esse suporte, que são as famílias que precisam desse trabalho por parte do Estado, por parte do governo, por parte de quem executa as políticas públicas. Então acho que é importante já iniciar falando isso. Quero também, como professora de educação infantil, fazer uma outra sinalização. A educação infantil é a primeira etapa da educação, é um lugar onde as crianças aprendem coisas importantíssimas para o resto do seu trajeto, da sua caminhada dentro da escola e dentro da sociedade. O primeiro momento que ela tem experiência de sociedade é dentro do espaço da educação infantil, é o lugar que ela interage, e, dentro dessas interações, ela consegue se formar, começar a sua formação como cidadã e cidadão, e é o lugar que ela se prepara corporalmente para se

alfabetizar, para poder, lá no primeiro, segundo, terceiro anos, ter uma alfabetização concreta, efetiva. A educação infantil é essencialmente fundamental na vida das crianças. Quando nós negamos e reconhecemos que temos quase seis mil crianças ainda fora da escola, na primeira etapa do seu desenvolvimento, isso é muito grave. Queria sinalizar também esse ponto, porque considero muito importante o que estamos fazendo aqui hoje. Para isso, quero saudar a luta das não mais técnicas em desenvolvimento infantil, mas, sim, professoras, que são as profissionais que estão há anos lutando para que esse lugar que elas ocupam, com a formação que elas têm, fosse reconhecido pelo governo, que há anos vem colocando dentro do contrato com as parceirizadas, com as conveniadas, como técnica de desenvolvimento infantil, não como professoras. Quero saudar a vitória dessa luta, ela foi extremamente importante e significativa. Quero começar, então, com isso. Nós estamos falando de valores. Acho que para a gente poder ampliar vagas e ter a sustentação que foi trazida aqui pelos nossos companheiros... Desculpe, como é o seu nome? (Pausa.) O Lino. ...tanto pelo Lino quanto pela Carol, é fundamental que a gente analise que valores são esses que são repassados para as parceirizadas. Hoje, só para a gente ter uma noção, assim, por alto: em 2023, uma professora parceirizada, trabalhando 40 horas, seu salário era em torno de R\$ 2.137,00. Em 2023, eu não tenho os dados atualizados de agora. Um professor da rede municipal, com a mesma carga horária, ou melhor, com a não mesma carga horária, recebe R\$ 2.264,00 por 20 horas de trabalho. Isso significa que, para trabalhar metade do tempo que uma professora parceirizada recebe, um professor na rede direta, na rede municipal, recebe muito mais para 20 horas. Isso já dá um parâmetro para nós da diferença salarial que nós estamos discutindo aqui, da diferença de repasse que nós estamos discutindo aqui. Quero dizer que, com muita tranquilidade, precisamos debater esse assunto. Nós estamos falando aqui de um salário que é absurdo por uma carga horária de 40 horas! A gente está falando aqui da primeira etapa. Por que é que eu introduzi dizendo? É a etapa mais importante do desenvolvimento de uma criança, é a etapa que a gente sabe que tem muita relação com a formação. Nós falamos

---

tanto em números, a gente quer tanto um IDEB bom, mas o IDEB também reflete na educação infantil, quando a gente investe no desenvolvimento dos pequenos. Se não investirmos na base, nós não vamos ter nunca uma evolução e uma educação de qualidade, e isso perpassa por reconhecer os profissionais. Esse é um destaque que faço em relação ao reajuste.

O outro destaque que faço em relação ao reajuste é sobre o CAQ, que é o Custo Aluno Qualidade. Não sei se todos sabem, mas escolas parceirizadas precisam alimentar o sistema do censo, e o censo repassa um valor por aluno. Por que esse valor não é repassado para as parceirizadas como acontece com as escolas municipais? Essa é uma pergunta que fica no ar, e a gente precisa responder. Qual é a correlação? Aí eu quero trazer um outro dado assustador. Eu vou repetir, porque a presidenta do Conselho Municipal de Educação já falou, e eu vou repetir, porque acho que não ficou entendível. Hoje, as parceirizadas atendem a 80% das crianças de Porto Alegre. Oitenta por cento. Não é a minoria, é a maioria. E são essas crianças que são atendidas pelas parceirizadas que não estão sendo reconhecidas e valorizadas dentro do espaço, porque não tem como, o cálculo não fecha. Se não há recurso, não há como investir, não há como qualificar, não há como ampliar. E me preocupa, porque nós estamos debatendo a ampliação de vagas a que custo? A que preço? Se o que já se tem já não é com qualidade como deveria? Então, faço aqui uma reivindicação à Secretaria de Educação para, de imediato, reavaliar esse repasse que é feito para as nossas conveniadas parceirizadas. Olhe, secretário, que eu sou defensora de concurso público e de escola pública, mas, hoje, quem nos socorre, quem nos salva, são as parceirizadas. São elas, são as escolas parceirizadas que nos dão suporte para atender às nossas crianças. Então, sim, nós precisamos avaliar o valor custo/aluno, olhar para esse valor de repasse. Eu não vou dar os números aqui, mas eu também tenho, eu vou disponibilizar isso para a comissão, porque a gente precisa analisar esses dados com mais carinho. Nós temos aqui, no levantamento que eu fiz, que eu venho fazendo há mais de um ano: o valor que é repassado por aluno é quase a metade do valor que é repassado por aluno numa escola municipal. Hoje, numa escola municipal... Eu

estou vendo pessoas da SMED fazendo cara de surpresa. Eu vou dar os dados então. Vou dar os dados, porque é isso, o meu tempo está acabando aqui, mas eu vou dar os dados.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL):** Eu vou dar os dados, porque, hoje, por aluno, uma escola, por ano de educação infantil, por ano, recebe em torno de R\$ 8 mil por aluno. Na escola parceirizada, é R\$ 3 mil. Isso, em média, dados de 2023, não está atualizado. Então, só para a gente entender do que eu estou falando: se nós atendemos 80% das crianças de educação infantil através das parceirizadas, que são a maioria – que são a maioria –, o investimento precisa ser reavaliado, e com urgência. São quase R\$ 5 mil de diferença de investimento por aluno. Por aluno! É só entrar no *site* transparência, nos dados que foram feitos nas comissões da Assembleia e desta comissão aqui em anos anteriores. Está dado, são públicos. Nós precisamos, realmente, valorizar o aumento desse repasse.

Por fim, eu acho que é bastante importante dizer que teve aqui uma fala, agora não lembro, sobre o número de alunos em relação à inclusão, e também o número de crianças dentro da sala. Eu sugiro que se recorra ao Conselho Municipal de Educação para pedir orientação sobre isso. Deve ter normativa, deve ter algum parecer, deve ser normativa, sobre o número de alunos por sala de aula dentro da educação infantil, principalmente. Um desafio que nós temos aqui, e creio que o Fleck e a comissão são parceiros, nós temos que lutar para que a gente possa fazer com que, dentro desse contrato, vocês possam contratar monitores de inclusão, porque as crianças de inclusão não estão só nas escolas municipais, elas estão nas parceirizadas. Então, nós precisamos garantir isso. É uma luta que me custa muito, e creio que isso é um papel da nossa comissão também.

Mas quero concluir falando do Conselho Municipal de Educação, e aí só fazer uma correção, secretário, porque a educação do Brasil é dentro de um sistema,

e esse sistema, como aqui em Porto Alegre, ele é composto pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação. Por que eu estou dizendo isso? Porque, quando a presidenta diz que eles foram fazer uma fiscalização e constataram que tem escolas que não são credenciadas, isso significa que a Prefeitura não deveria nem estar comprando vaga dessas escolas. Por quê? Porque o Conselho Municipal de Educação tem como uma das suas premissas, sim, habilitar as escolas para o seu funcionamento. E o credenciamento está vinculado a isso. Quem credencia não é a Secretaria de Educação, é o conselho. Se o conselho está dizendo que as escolas não estão credenciadas, isso significa que as escolas não podem ter compra de vagas. Quando ela diz que temos escolas parceirizadas que não têm credenciamento, temos que fazer um mutirão para ontem, para credenciar, porque são elas que estão sustentando nossas crianças. Acho que a gente tem que sair daqui com o encaminhamento de montar, acho que a Comissão de Educação é parceira, de fazer um mutirão para credenciar aquelas escolas que estão em pendência, porque é isto: acontece um problema grave, como a gente tem acompanhado nas notícias por aí, os primeiros a serem responsabilizados são os conselheiros, é o Conselho Municipal de Educação e, junto, a administração. Obrigada, gente.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Grazi. Ver.<sup>a</sup> Juliana, a senhora tem dez minutos. (Pausa.) Só um minutinho, vamos abrir as inscrições, o Gabriel está responsável. Vamos fazer um bloco de cinco inscrições, Gabriel.

**VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT):** Obrigada, vereador-presidente; obrigada, Grazi. Eu, inclusive, tinha dito que tinha cedido aqui cinco minutos do meu tempo para a minha colega que atua na educação infantil e que tem muito a contribuir com a nossa discussão. Peço desculpas pelo atraso, eu fui atender uma denúncia fora da Câmara em relação à situação de insalubridade de trabalhadores nesse contexto de onda de calor, nós estamos vivendo o dia mais quente do ano, e, na sequência, uma comunidade que está sem água há vários dias nesse calor. Vocês imaginem como está sendo, isso que o DMAE ainda

nem foi privatizado, vereador, imagina quando ele for. Então, a gente acaba ficando com um pé aqui e um pé também na rua para dar conta das demandas. Este tema é muito importante, e eu quero iniciar aqui saudando os meus colegas desta Comissão, mas saudando principalmente as entidades que estão presentes, o conselho, o conselho tutelar, quem constrói a rede parceirizada, que, como a Ver.<sup>a</sup> Grazi bem disse, tem um papel fundamental hoje na nossa cidade para a garantia o direito à educação de tantas crianças, inclusive da maioria das crianças que, se não estiverem na escola, isso não impacta apenas nas suas vidas, mas também na vida das suas famílias. Eu quero iniciar destacando que, não à toa, esse foi um dos principais temas no ano passado durante a discussão eleitoral que nós tivemos, porque não há comunidade que nós andemos que esse não seja o primeiro tema que grita à porta. Eu sou professora da rede municipal de educação, no bairro Bom Jesus, e por onde eu caminho, lá no bairro, tem uma situação de uma família que não consegue vaga na creche para uma criança. Onde eu ando, em qualquer bairro da periferia de Porto Alegre, tem situação de uma família que não tem vaga para uma criança na creche. Nós temos vários elementos, tem os fatores de famílias que não conseguiram a vaga, que foram buscar pela judicialização, e a vaga conseguida é muito distante. Nós chegamos, inclusive, a acompanhar uma família do Morro Santana, e a vaga era na Glória. Como é que você vai levar o seu filho pequeno para a Glória de manhã, ir trabalhar e bater o ponto às oito da manhã em Porto Alegre, onde o transporte público não atende a classe trabalhadora? Não é possível, secretário! Esse não é um sistema que atende, mas aí ele vai dizer que atendeu, que foi oferecida a vaga. Essa é a realidade que as famílias estão vivendo, em sua maioria famílias de mães solo, de mães que, ao mesmo tempo, cuidam dos filhos, levam para a escola e vão para o trabalho para garantir o sustento dentro da casa. Muitas vezes, o tema da falta de vaga na creche está diretamente relacionado não só à autonomia financeira de mulheres, mas também à sua condição de romper ciclos de violência doméstica. Esse é um fator que atravessa as nossas vidas, nós, que somos a maioria da população de Porto Alegre. Por isso era um tema que gritava, que estava latente.

Eu queria, especialmente, falar sobre... Reforço os apontamentos já trazidos pela Ver.<sup>a</sup> Grazi, pela presidenta do conselho, Aline Kerber, mas eu queria destacar também, secretário, alguns elementos que eu acho que são importantes e dúvidas que nos surgiram de ontem para hoje – inclusive eu não consegui ir aos locais para confirmar, porque ontem estávamos em votação aqui, mas quero trazer essas questões. Primeiro, o elemento que, para mim, há dias, há meses, nós temos pensado sobre isso, que é o tema da educação inclusiva na rede parceirizada. Eu visitei algumas escolas que têm um desafio, às vezes, de atender três crianças com deficiência, três crianças com autismo na mesma turma e que não conseguem ter uma resposta de que forma podem organizar a sua dinâmica para cumprir a garantia do direito à educação, atender as diretrizes nacionais da Política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva sem ter os recursos adequados para isso: para assegurar a acessibilidade, para assegurar, inclusive, a participação em condições plenas de participação e igualdade com os seus pares. Tem várias escolas que construíram algumas respostas próprias, visitei uma escola que fez uma sala sensorial, lá no Jardim Carvalho, que tentou organizar, pela sua própria estrutura, uma dinâmica para responder esse desafio. Mas esse é um dos desafios, Ver. Fleck, quando falamos que a nossa pauta aqui é “quais são os desafios da rede parceirizada”, esse é um dos desafios que nós temos e que é urgente. Porque, assim como na rede própria da Prefeitura, o tema da educação é um tema que não está resolvido, pelo contrário, nós violamos diariamente o direito à educação, na rede parceirizada não há nenhuma política para se pensar como garantir o direito à educação das crianças com deficiência, das crianças com transtornos globais de desenvolvimento, com altas habilidades de superdotação. Então, o público da educação especial não é pensado nessa rede parceirizada hoje. É preciso recursos, é preciso formação, porque nós não queremos reproduzir na rede parceirizada o que acontece nas nossas escolas, onde a gente recebe hoje profissionais de apoio à inclusão que não têm formação adequada para atender o público-alvo da educação especial, e, por isso, muitas vezes, reproduzem processos de segregação e de exclusão, e não de inclusão, ou, quando se

adequam às dinâmicas, reproduzem processos de integração, que é um princípio que já está vencido lá na política de 1994 – hoje nós nos orientamos por outra. Então, se na rede própria nós enfrentamos esse desafio, na rede parceirizada, não há nem diretrizes, nem política, nem recursos para assegurar o direito à educação por meio da educação. Esse é um ponto que eu gostaria de destacar como um dos principais desafios que nós temos hoje na rede parceirizada, para além dos investimentos, dos credenciamentos que nós precisamos avançar.

Além disso, secretário, eu gostaria de entender, eu não sei se também, em outro momento, alguém já tinha trazido aqui, ontem eu recebi um questionamento a respeito de um possível descredenciamento de três instituições, o que foi ocorrido esta semana, e que ainda não tiveram a informação de como se deu esse processo, de qual foi a motivação desse processo. Uma delas eu conheço bem, sei o papel que tem na comunidade, uma comunidade muito pobre da Bom Jesus, onde aquela é a única escola que atende aquela parte da comunidade. Lança uma preocupação imensa, eu recebi isso ontem no plenário, então, não consegui ainda ir mais a fundo nesse tema, mas gostaria de uma informação a respeito disso, porque nós estamos, enfim, nesse diálogo.

Por fim, um tema correlato. Neste momento, onde a gente está vivendo a reconstrução de algumas das escolas atingidas pela enchente, alunos das instituições que foram atingidas, como a EMEI Tio Barnabé, estão sendo atendidos em outras escolas. Agora, há uma perspectiva de retorno das aulas na semana que vem, motivo, inclusive, pelo qual a gente não vai ter a nossa reunião aqui da Comissão de Educação. Então, quero aproveitar a oportunidade, antes de a gente retomar as aulas, para questionar a respeito de como está a situação do berçário 1 na Tio Barnabé. Eu estava observando aqui que há uma angústia muito grande das famílias, vários comentários, inclusive nas redes da SMED, falando sobre isso: “Infelizmente, a EMEI Tio Barnabé segue sem informação para fornecer aos pais a respeito dos berçários. Algo precisa ser feito para garantir o atendimento dos nossos bebês. Já visitou a EMEI Tio Barnabé? As mães do B1 aguardam respostas, e a direção diz que não tem previsão de começar, porque falta professora e monitores”. Então, gostaria também de

entender qual é a perspectiva, qual é o plano para que a gente possa atender a demanda. Havia já falado com o secretário naquela nossa outra reunião, e essa angústia aumenta, porque está perto da retomada da escola, a angústia das famílias aumenta, porque, sem professores e sem monitores, a gente não consegue retomar o berçário 1. Eu quero destacar aqui, antes de finalizar, que o problema do berçário 1 na EMEI Tio Barnabé, ele não é um problema só do pós-enchente. No ano passado, a EMEI Tio Barnabé também não iniciou com turno integral no berçário 1, a Lu sabe disso, porque também não tinha monitores e não tinha professores na quantidade necessária para atender a demanda.

A gente quer agora entender qual é o plano da Secretaria Municipal de Educação para dar essa resposta para as famílias. Era isso, muito obrigada.

**VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL):** Estou rindo aqui com o Fleck. Desculpe, Ju, mas me deixa só dar uma notícia. Gente, eu só quero anunciar, aproveitar que a gente está na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, para dizer que acabamos de ganhar uma liminar na Justiça suspendendo o projeto de lei que foi aprovado nesta Casa, o Escola Sem Partido. Sem mordação, e nós vamos resistir, porque a educação se faz assim, no diálogo e na construção! Obrigada.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Grazi. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Querido Ver. Rafael Fleck, obrigado pelo espaço da palavra. Cumprimento os demais parlamentares, colegas, mulheres e homens, e os conselheiros tutelares, conselheiras presentes, Conselho Municipal, secretários adjuntos de educação e o Fórum de tantas lutas que fizemos. E é importante lembrar que quem não estava aqui na legislatura anterior, não acompanhou, foi uma luta muito bonita das professoras que dizia: “Professoras sim, TDI não”. Quero dizer que a luta vale a pena, então a gente segue nessa caminhada coletiva. E nós entendemos que tem um Plano

---

Municipal de Educação que não foi implementado, isso é um fato, em 2015, esta Câmara aprovou, eu não era vereador ainda, e não foi cumprido pelo poder público municipal, diferentes prefeitos passaram por ali. Dizia que todas as crianças de 4 e 5 anos deveriam estar na escola, nos primeiros dois anos do plano – isso não aconteceu.

Bem, o que nós podemos fazer diante disso que foi colocado aqui pelos conselheiros e pelo Fórum? O Fórum tem um levantamento de quase 2 mil vagas disponíveis. O Conselho Tutelar tem centenas de negativas. A gente tem que juntar os dois, secretário Maurício – temos que juntar os dois. O Fórum tem as vagas, os conselheiros sabem onde estão as crianças, as famílias, todas, que precisam estudar. Então o meu encaminhamento é simples: que a gente monte um grupo de trabalho, ajude aqui, os vereadores que puderem, para que essas crianças ocupem imediatamente essas vagas, que a Prefeitura amplie o conveniamento. É o que tem disponível mais rapidamente. Eu acho que a Aline fala muito bem para nós, que é preocupante nós termos aí essa compra de vagas, independentemente dos motivos, mas, se a gente tem escolas credenciadas da rede conveniada, funcionando bem, organizadas – eu conheço várias delas, claro que não vou falar de todas, porque não conheço todas, mas conheço muitas e fazem um trabalho muito bom –, nós temos que avançar nisso. Uma outra questão que me preocupa, secretário – e aí a gente sabe que é uma política de valorização profissional também –, é que se a gente tem 80% do atendimento nessa rede, por que esses professores ainda não recebem o piso? Nós precisamos agora acelerar isso, precisamos chegar e alcançar o piso a esses trabalhadores, até porque o município de Porto Alegre não respeita o mínimo constitucional, esse ente federado está deslocado. Você que é advogado, Ver. Fleck, sabe que a Constituição diz que 25% do orçamento é para a educação; e melhora ainda é a nossa Lei Orgânica, que diz que é 30%, ou seja, temos aí mais de 10% do orçamento municipal para a educação. O que precisa ser feito? Uma discussão séria na cidade, a Câmara tem que encampar isso. O que é prioridade mesmo? São os mínimos constitucionais? Não é? Eu quero dizer que asfalto é muito bonito, é bom, todo mundo gosta de andar no

asfalto, mas tem que parar um pouco esse negócio do asfalto e fazer creche. Não adianta colocar asfalto num lugar que a criança está fora da sala de aula. Eu não quero criança sentada no asfalto. Eu não aceito calçada, meio-fio pintado, não adianta fazer isso, se tem criança fora da sala de aula. Nós estamos invertendo o orçamento, não é dizer que não tem que ter asfalto, tem que ter, agora as comunidades precisam fazer essa leitura da realidade, junto com o governo. A gente sabe como é que é governo: vai lá o vereador, pressiona, bota asfalto, não sei o que, essa comunidade... Às vezes, estão botando asfalto onde já tinha, que eu vi em várias regiões. Então, nós temos que casar o discurso com a prática. Eu vejo, nas épocas eleitorais, muitos políticos dizendo que a educação é prioridade, chega na hora H não é a prioridade, prioridade é o asfalto, porque o fulaninho pediu lá no beco que ele ganhou cinco votos, daí ele vai lá atender os cinco votos com o asfalto, e aí não tem creche, não tem escola de educação infantil, não tem ampliação de vagas.

Então, eu acho que esse debate não é de hoje, ele é de muito tempo, mas é importante lembrar aqui que nós não estamos vivendo isolados, nossa cidade faz parte do Brasil. E o Brasil tem uma elite, interessa a elite deste País manter crianças fora da sala de aula, para manter o poder nas mãos. Nós estamos vivendo num país com a maior concentração de renda, sabe o que é isso? Se produz riqueza e não se divide, se vende soja, se vende proteína, se vende maquinário, tudo para fora do País, estão falando agora que o tal do Trump vai taxar o aço, quem vende aço para fora estão apavorados. Mas essas mesmas elites estão lá no Congresso brigando para não garantir os mínimos, brigando para ter incentivos fiscais quando são bilionários. Eu não estou falando dos milionários, gente, veja bem, quem tem R\$ 100 milhões no banco fique tranquilo, não é de vocês que eu estou falando, eu estou falando de quem tem muito mais, apodrecido de tanto amontoar dinheiro. E as nossas crianças com fome, as nossas crianças sem acesso à educação, e agora também sem saúde, porque não tem mais pediatras nos postos. Há muita luta para fazer. E o Fórum está de parabéns, conte conosco, vamos continuar fazendo essa luta, já vencemos muitas batalhas e precisamos que mais recurso vá para as instituições e mais

vagas tenhamos na rede conveniada, que muito nos ajuda e tem uma história bonita de prestação de serviços na capital. Obrigado.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Ver. Jonas. O Ver. Carlo Carotenuto está com a palavra.

**VEREADOR CARLO CAROTENUTO (REPUBLICANOS):** Boa tarde a todos. Os vereadores já falaram tudo que eu gostaria de falar. Nessa nossa caminhada na vereança, o que a gente vê muito nas famílias? Mães que precisam trabalhar e não tem vaga, então eu acredito que a nossa conversa aqui hoje, a nossa reunião se fundamenta em cima de vagas. Eu vejo que se os professores tiverem uma base, começando como o Ver. Jonas falou, do salário, começar debaixo, eu tenho certeza que a gente alcança a parte de cima. Então, eu creio que é só isso que eu gostaria de falar, meus amigos já falaram quase tudo. Se a minha amiga, Ver.<sup>a</sup> Grazi, quiser pegar meu tempo, pode pegar. (Risos.) Então, eu acredito que se a gente começar debaixo, que são os professores, salário deles e, depois, nós vamos chegar sobre as vagas, com certeza, essas crianças vão estar dentro das escolas e vão poder estudar. Obrigado.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Ver. Carlo. O Ver. Marcelo Bernardi está com a palavra.

**VEREADOR MARCELO BERNARDI (PSDB):** Presidente Fleck e os demais, meus ex-colegas aqui de CECE do ano passado, onde tive a felicidade de presidir esta comissão, no ano passado, só que infelizmente tivemos poucas reuniões, mas as que tivemos foram muito produtivas, devido à enchente, que esta Casa aqui, enfim, de maio até praticamente o final do ano, ficou prejudicada. E essa é uma pauta muito importante, eu acabei de sair da CEDECONDH aqui, nossa primeira reunião também, com os vereadores ali, e vim para cá já para poder aproveitar esta reunião, que também é uma pauta muito importante. Eu vejo os conselheiros tutelares aqui, Vanessa, Salete, mais o nosso filho do

Geleia, nosso sempre, que luta pelas causas das crianças e dos adolescentes. Então, onde o Conselho Tutelar estiver, eu acredito que tem que prestar mais atenção, porque o Conselho Tutelar acaba sendo um termômetro do que está errado. Então, acredito que muito tem que se sentar com o Conselho, porque eu sempre digo, Fleck, que o Conselho Tutelar não deveria existir, ele só existe porque existe direito violado. Se as coisas funcionassem, não teria o porquê de existir Conselho Tutelar, mas, infelizmente, as coisas não funcionam, enfim, é tudo mais difícil, e os conselheiros tutelares estão aí para tentar garantir o direito das crianças e dos adolescentes. Então, há quase 20 anos sou conselheiro tutelar e até hoje recebo, em meu telefone, inúmeras mensagens, ligações por dia, perguntando a mesma coisa: vaga em creche. Não é, Dinamara? Então, vejo aqui o pessoal da minha comunidade, Dinamara, sua coordenação aqui também presente, a irmã Lourdes também, sempre com essa mesma pauta, de qualificar mais os nossos colaboradores das escolas de educação infantil, para que eles possam ter mais qualidade, a questão da saúde mental e a questão também das mães atípicas, que, muitas vezes, botar dentro de uma escola é pior do que deixar fora. Então, os profissionais precisam estar mais capacitados, precisam estar mais preparados para poder lidar com essa demanda, é uma demanda que chega para nós também. Só que não adianta ter monitor e não ter estrutura para isso, porque a lei está lá, mas tem que dar estrutura também, porque, muitas vezes, a gente sabe que numa escola, 25 crianças, a cada criança laudada é menos três que tem que fazer a conta, então, sabe, é muito difícil, muitas vezes, e principalmente na rede pública, na rede estadual ali, a gente sabe que tem várias crianças laudadas, onde o professor muitas vezes não sabe para onde correr. Ou ele acode um, acode outro, ele dá aula para um ou dá aula para outro, enfim. Então, são situações que a gente tem que, sim, debater, trazer para esta comissão. Parabéns por esse tema, pela primeira reunião ser essa tão importante, que é a vaga de educação infantil. Uma das coisas também que chega muito para nós é a questão da ampliação do horário, porque muitas escolas funcionam até às 17h, 17h30min, e os pais muitas vezes trabalham, a maioria das vezes, até as 18 horas e não dá tempo de chegar, muitas vezes não

tem com quem deixar, e muitas vezes perdem os seus empregos por causa dessa questão de horário. É um tema também que acho que é importante trazer para esta comissão, para que se possa trabalhar para poder ter a ampliação de horários. Tem algumas escolas que já aderiram e outras escolas ainda estão vendo, porque não são todas as crianças que ficam até o horário final. Nós temos várias escolas – não é, Dinamara? –, que muitas vezes falam: “mas vai ter um aumento de crianças até o final?” Não! São poucos pais, muitas vezes, que precisam deixar as crianças, mas tem que ter esse recurso de poder ter essa possibilidade. Então, não vou me estender, agradeço por estarem participando, nesta oportunidade, às várias entidades que estão presentes, aos conselheiros tutelares, e com certeza podem contar com este vereador, com o nosso mandato, que sempre teve e tem essa bandeira da educação, e principalmente na causa da criança e adolescente. Deus abençoe a todos. Muito obrigado.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Ver. Marcelo. Eu, geralmente, como iniciei a primeira reunião presidindo, então eu tento não falar muito, por estar presidente aqui da comissão, mas como é um tema muito caro para mim, que é a educação infantil, eu comecei a minha militância na educação infantil advogando, então me tornei advogado de mais de 50 escolas, conheço a realidade pontualmente de cada região, conheço um pouquinho, não é, Grazi? Mas eu sei que o tema é muito forte, muito latente. Só que nós temos que nos preocupar, nós vereadores, claro, lá com o atendimento, lá com as crianças que são atendidas nessas escolas, mas nós não podemos deixar de nos preocupar com as escolas. As escolas são sempre as que pagam a conta. Eu fiz aqui anotações de algumas coisas, começamos ali pela questão do calendário, e, depois de muito debate, nós conseguimos construir, com a Secretaria de Educação, a flexibilização neste ano. Mas não é só mudar o calendário, secretário Mauricio e secretário Jorge, porque a mudança do calendário pode ter um impacto financeiro nas escolas, e com isso a gente pode prejudicar em muito todo o atendimento na área de educação infantil. Outra coisa que é muito preocupante, na LOA do ano passado – eu não era vereador, muitos daqui não

eram vereadores –, e foi para a LOA um aumento de 13,5% para as escolas de educação infantil. Isso é a metade do salário mínimo. O salário mínimo deu R\$ 6,78. Nós fizemos um acordo coletivo e, nessa minha militância como advogado, acabei virando diretor regional do Sindicato das Escolas, que é o Sinibref Inter, que é o Sindicato Interestadual das instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas. Nós não temos mais como suportar, agora estou falando aqui não só como vereador, mas também como dirigente sindical, esse peso financeiro para as entidades. Nós vamos quebrar as entidades hoje. Com esse indicativo de 13,5%, as escolas não vão conseguir cumprir o que foi acordado agora no aditivo da convenção coletiva com o Sinpro e com o Sinbraf, porque lá tem benefícios, lá tem o reajuste que nós temos que dar; não tem o que fazer. Reposição salarial é anual, nós não temos esse artifício. A CLT não nos permite emitir um regulamento interno para que não tenha um aumento. Então isso é um problema muito grave. A nossa data-base é dia 1º de janeiro, então o nosso reajuste segue em 1º de janeiro, e as escolas hoje, a maior reclamação das entidades sem fins lucrativos aqui presentes, é que não tem previsão do valor que vai ser reajustado. Então isso é uma coisa que acaba atrapalhando muito, porque a entidade, para assumir o compromisso com a convenção coletiva, ela tem que mexer lá no recurso de provisão, que é aquele recurso que as entidades guardam mensalmente para poderem pagar indenizações, férias, 13º, mas eles acabam adiantando esse valor, mês a mês, e liquidando as suas reservas. Então essa é uma questão muito importante que nós conseguimos construir com o governo municipal, que a data-base seja respeitada – dia 1º de janeiro – e também, então, o repasse seja efetuado em 1º de janeiro. Para isso nós temos que, então, lá no exercício fiscal anterior, saber quanto as entidades vão ter de aumento. Então isso é uma coisa que a gente tem que amadurecer. Eu queria me colocar à disposição aqui, tenho um certo conhecimento dessa área na parte jurídica e eu acho que posso ajudar muito aqui. A comissão está muito parceira, muito disposta, tanto é que tem a presença aqui, claro, do nosso Ver. Jonas Reis, membro nato da Comissão de Educação; do vereador Marcelo, que também tem sua base com algumas entidades. Outra questão muito importante também são

---

os agentes de inclusão. Isso eu tenho acompanhado nas entidades e daqui a pouco alguma entidade aqui pode dar o seu depoimento. Hoje o governo municipal é demandado judicialmente, hoje as escolas não têm previsão do agente de inclusão, o governo remete para a escola: cumpra-se a determinação judicial. Só que cumprir a determinação judicial, que é uma obrigação entre o Município e o autor da ação, é remeter também mais um encargo para a entidade, que hoje não tem condições, o seu plano de aplicação é muito apertada a questão do custo *per capita* hoje do aluno. Uma escola com 10 horas... Lino, me corrija se eu falar besteira. Mas uma escola com 10 horas, a *per capita* gira em torno de R\$ 890,00. Uma escola com 12 horas, a *per capita* por aluno é R\$ 1.090,00. Isso engloba todos os custos que a entidade tem para fazer esse belíssimo atendimento. Como vários vereadores falaram aqui, 80% do nosso atendimento em educação infantil vem da escola parceirizada. E eu tenho a convicção, não só por militar na área, de que a única forma de o Município conseguir zerar o déficit de vagas vai ser através da rede parceirizada. Porque lá vamos ter rapidez no atendimento e rapidez na solução. Então, outra questão que a conselheira Salete e a conselheira Vanessa falaram sobre falta de vagas, é a falta de negativa da SMED. Isso aí vamos ter que melhorar muito, secretário Mauricio. Tenho percebido, e as pessoas nos procuram relatando que está muito morosa essa negativa. Se não tem a negativa, você não tem requisitos, inclusive para a família buscar habilitação na ação civil pública ou até mesmo a Defensoria Pública. Sobre a questão da Aline Kerber, que falou sobre as vagas compradas, presidente, sou um defensor nato da ampliação do atendimento nas vagas parceirizadas. Acho que as escolas nas quais hoje o Município compra vagas, as crianças acabam estando lá dentro deslocadas, porque muitas vezes as crianças não têm o mesmo perfil econômico e são discriminadas lá dentro. Então, acho que é uma medida emergencial atender através de vagas compradas, mas acho que não tem a qualidade e a fiscalização que o Município tem nas escolas parceiras. Acho que é o apagar de incêndio, mas não deve ser uma política municipal. Dito isso, queria agradecer a presença de todas as entidades, vocês sabem que a mobilização de vocês é muito importante para

conseguirmos avançar nas políticas públicas, sabem que o terceiro setor não consegue se autossustentar hoje sem o apoio do Município, do Estado ou da União, mas vocês são fundamentais para conseguirmos qualificar a nossa educação infantil. Temos cinco inscritos aqui. A primeira é a Jussara Cabeda, da Escola Comunitária Brizolinha e da Renascença. Vamos fazer um bloco de cinco escritos, três minutos para cada um. Eu pediria que respeitassem o tempo para podermos ouvir mais pessoas. O secretário Mauricio, que solicitou, está com a palavra.

**SR. MAURICIO GOMES DA CUNHA:** Presidente, por favor, gostaria de... Estamos em uma semana de reabertura das aulas, com uma força-tarefa intensa acontecendo com a visitação de escolas. Eu gostaria, se possível, de quebrar um pouco o protocolo e, em dois minutos, responder algumas questões que foram colocadas e poder me ausentar, com a presença do secretário Jorge Murgas aqui.

(Manifestações paralelas das galerias.)

**SR. MAURICIO GOMES DA CUNHA:** A SMED continua presente...

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Rui, SMED vai estar presente com o secretário adjunto Jorge Murgas.

**SR. MAURICIO GOMES DA CUNHA:** Pode ser? Muito obrigado. Rapidamente, a Tio Barnabé começa segunda-feira com todas as turmas. Estamos colocando monitores lá, de modo que se supra a deficiência de RH que então existia, inclusive no Berçário 1. Isso é uma definição já tomada.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. MAURÍCIO GOMES DA CUNHA:** Sim. A questão da troca de manutenção é uma questão que acontece na SMED com alguma regularidade. Existe uma comissão da SMED que atua na identificação dessa necessidade quando o prédio é público. E são questões que não cabem também trazer aqui, mas são questões que dizem respeito à avaliação, à positivação do CNPJ ou prestação de contas. E não é algo desejado pela SMED. É algo que a SMED é impelida a proceder por conta da legislação. Nós nos deparamos com algumas situações no ano passado, trabalhamos juntos para resolver uma série de situações de positivação de OSCs, parceiras conveniadas, que nós não queremos desfazer a parceria, mas, quando isso é obrigatório, a SMED assim procede, fazendo o que tem que ser feito para que o atendimento prossiga. Então, nenhuma troca de manutenção é feita com desatendimento. É justamente para garantir a continuação do atendimento. Então, naquela situação que a vereadora citou, é garantido o atendimento das crianças em quaisquer das situações, inclusive com a possibilidade de ampliação com o novo parceiro, se for o caso.

Por fim, eu gostaria, com toda sinceridade, de dizer que a SMED é a primeira a reconhecer as suas dificuldades administrativas, sua morosidade, a sua burocracia, que às vezes emperra soluções. Mas isso não é um privilégio da SMED. Nós também temos problemas com os nossos companheiros de trabalho. O credenciamento, ele é, sim, necessário, mas existe uma morosidade no credenciamento que deixa o processo mais lento. Atualmente, nós temos umas 20 OSCs em situação de credenciamento, em trâmite de credenciamento, e esse credenciamento está com o Conselho. Nós estamos aguardando, são centenas de vagas que poderiam ser aportadas.

**SRA. ALINE KERBER:** Mas nós não temos sede, nem RH, secretário.

**SR. MAURÍCIO GOMES DA CUNHA:** Eu sabia que a senhora diria isso.

**SRA. ALINE KERBER:** O senhor não diz que está com morosidade no CME, atribuindo a responsabilidade ao CME, que isso aí é absolutamente...

**SR. MAURÍCIO GOMES DA CUNHA:** A cada um a responsabilidade. É responsabilidade da SMED dar o espaço físico para o CME...

**SRA. ALINE KERBER:** E não está dando as condições...

**SR. MAURÍCIO GOMES DA CUNHA:** Nós viemos conversando sobre isso...

**SRA. ALINE KERBER:** Aí a gente não consegue fazer o credenciamento. Isso é absolutamente...

**SR. MAURÍCIO GOMES DA CUNHA:** Não consegue fazer o credenciamento... Então está definido que o credenciamento não existe mais pelo CME, é isso? O credenciamento não vai existir mais enquanto não existir sede física?

**SRA. ALINE KERBER:** Existe, estamos fazendo os credenciamentos com o RH possível.

**SR. MAURÍCIO GOMES DA CUNHA:** Então é possível fazer o credenciamento.

**SRA. ALINE KERBER:** Mas façam o trabalho de vocês de oferecer RH e sede, que vai acelerar.

**SR. MAURÍCIO GOMES DA CUNHA:** A SMED não tem nenhum problema em compreender que ela tem dificuldades administrativas. Acho que vocês também têm...

**SRA. ALINE KERBER:** Mas atribuir ao Conselho, sem garantir algo que é necessário, e é atribuição da SMED, que é RH, e também a sede, dizer que está no Conselho parado, quem dá causa é vocês. Está lá o Ministério Público afirmando isso.

**SR. MAURÍCIO GOMES DA CUNHA:** Está no Conselho parado, o credenciamento é moroso, esse é um fato que nos atrapalha também. Vamos conversar juntos e encontrar soluções.

**SRA. ALINE KERBER:** A solução é sede, a solução é RH, fazer mutirão de credenciamento e fazer um incremento de RH no setor da unidade de normatização da SMED.

**SR. MAURÍCIO GOMES DA CUNHA:** Isso está encaminhado do Conselho para a SMED, a SMED vai atender, precisa atender, mas eu também acho que a gente pode discutir o processo de credenciamento, se a senhora estiver aberta para isso, claro.

Agradeço muito a presença de vocês todos aqui, o debate tão franco. Me coloco à disposição da CECE sempre que vocês precisarem, e podemos atendê-los na SMED sempre que precisarem também.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, secretário Maurício.

Jussara, agora é a sua vez. Pode ser? Três minutos.

**SRA JUSSARA CABEDA:** Só, secretário, eu sinto muito, eu gostaria que o senhor nos ouvisse. Isso aí é falta de respeito conosco, por favor. Dá para o senhor ficar?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA JUSSARA CABEDA:** Não, eu acho que o senhor... Vocês dois. Por favor, é falta de respeito com a gente. Quando a gente vai começar a falar, vocês vão embora, não é possível. Não é possível. (Palmas.) Então, eu gostaria, sim, que o senhor tivesse consideração conosco. Eu me inscrevi, eu agradeço muito...

**SR. MAURÍCIO GOMES DA CUNHA:** A senhora não respeitar a presença do meu colega aqui é uma falta de consideração com ele. A SMED vai abrir as aulas no dia 17, e eu tenho algumas coisas para resolver e o meu colega está aqui.

**SRA JUSSARA CABEDA:** Não estou faltando respeito com ele.

**SR. MAURÍCIO GOMES DA CUNHA:** A SMED ficará atenta à sua fala e levará as questões que forem necessárias para a gente resolver na SMED. O secretário-adjunto está aqui.

**SRA JUSSARA CABEDA:** Olha, já começamos mal a relação, porque quando vocês se retiram para não nos ouvir, isso aí é muito sério. Bom, eu agradeço alguns vereadores que abriram uma questão que é fundamental para nós. Uma coisa é a luta pelas vagas, que a gente fecha total com vocês, mas outra coisa, eu respeito a nossa sobrevivência. Só aumentaram pelos dissídios, eu tenho que aumentar o salário das professoras, dos outros funcionários, e simplesmente eu não tenho dinheiro para pagar. Não vou pagar em janeiro, não vou pagar em fevereiro. Enquanto não entrar o dinheiro, o aumento da Prefeitura, nós não temos condições de pagar. Isso aí é muito sério, vocês não estão respeitando as escolas. A gente faz um excelente trabalho, eu considero que é excelente, as nossas professoras estudam, são muito boas, e vocês, simplesmente, a Prefeitura nos ignora. Uma coisa é querer aumentar as vagas e outra coisa é respeitar o nosso trabalho. Nossas professoras, o meu grupo foi um dos primeiros que foi para o Sinpro, as professoras estão sendo, desde 2023, como professoras na carteira de trabalho, e vocês não nos deram uma força para isso; ao contrário, cada vez mais o burocrático da SMED nos aperta. Outro dia, eu fiquei sabendo que, para colocar um ventilador, a SMED está exigindo uma RT, ou seja, que tenha um engenheiro que diga que é possível. Pelo amor de Deus, gente! Nós não temos... Um engenheiro cobra pelo trabalho dele. A gente mal tem como pagar o funcionário, a pessoa que vai lá colocar o ventilador na parede. E, com todo esse calor, isso atrapalha tudo. Isso é um dos casos de

burocracia que estamos enfrentando sem necessidade. Então, eu gostaria que pudéssemos fazer a luta aqui pela valorização das escolas comunitárias. Porque uma coisa é a vaga e outra coisa é a escola poder funcionar. Do jeito que está, vocês vão nos apertando de um jeito que a gente vai acabar não podendo mais funcionar, porque não tem como pagar os funcionários, que é o nosso caso. Inclusive, para o calendário do ano que vem, vocês estão exigindo... Este ano, o secretário queria exigir que a gente trabalhasse no sábado. Você sabe o que significa trabalhar no sábado pela CLT? Nós temos que pagar o dobro do salário no sábado. Mandam a gente trabalhar sábado e não nos dão o subsídio para fazer esse pagamento. Então, eu agradeço, Fleck, e gostaria muito que vocês mudassem o ponteiro e começassem a anotar o que é a nossa real necessidade para a gente continuar trabalhando. Obrigada.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado. Andréia Rocha, pelo Fórum Municipal da Criança e do Adolescente. Três minutos, por favor.

**SRA. ANDRÉIA ROCHA:** Está bom. Boa tarde, sou Andréia, sou educadora infantil, hoje atuo como diretora pedagógica da AMNSA e faço composição junto com o Fórum, com o Lino e os demais. Mas eu quero só trazer alguns pontos importantes. Acho que tudo o que falamos é importante. Mas a educação infantil hoje tem um calcanhar de Aquiles bem sério, que é a falência da nossa mão de obra. Nós não temos professores de educação infantil. E hoje, graças a todo o movimento, todo o movimento, as nossas professoras da comunitária são professoras. Eu sou uma ex-professora de educação infantil, que começou na particular, e que estava na luta para que a particular parasse de nos chamar de educador recreacionista e nos chamasse de professor. Então, eu sei o quanto mexe com a gente essa nomenclatura e o quanto a gente ganha com isso. Também sou professora e fui anos de crianças com deficiências visuais, cognitivas e motoras. Tenho, então, um apreço muito grande por esse lado, tanto que a instituição, lá no loteamento Mariante, que eu represento todas as escolas comunitárias de lá, nesse momento, a gente é esquecido. O loteamento

Mariante, Belém Velho, nunca é falado em nenhuma reunião de qualquer situação que seja de educação infantil. Ele é relegado. Que bom que os colegas da Restinga conseguem bastante meta, conseguem aumento. Nós nunca conseguimos. Tem dificuldade de espaço? Tem, mas também tem dificuldade de locomoção. O nosso profissional demora de uma hora e meia, duas, para chegar e para ir embora. Quando o colega diz assim: “Vamos ampliar para 12h”, por trás tem um trabalhador que vai chegar entre 9h30 e 10h da noite na sua casa, se não for da comunidade. Talvez em alguns lugares ele tenha receio de caminhar à noite, porque é muito escuro, porque não temos ainda uma iluminação adequada.

Pensar na educação infantil hoje é tentar melhorar o que temos. Porque muitos colegas aumentaram, solicitaram as 12h e não receberam. Precisamos pensar de uma forma bem efetiva hoje por que não atendemos a criança, que é legítima, com quatro anos. Porque Porto Alegre exige a educação infantil integral e outros municípios, não. O nosso profissional atende a mesma criança o dia inteiro. Em outros locais, ele troca de turma. Então a gente precisa pensar em uma qualidade salubre para todos, inclusive para os nossos profissionais. Isso.

Mais uma coisa. Os dados do fórum são, na sua maioria, de escolas que são credenciadas. No fórum, minimamente, também tem que ter o credenciamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Claro, tu pegaste essa bola agora, mas o problema do CME é moroso, anterior. Sabemos que tem não renovações atualizadas porque o CME não dá conta. Isso já vem de muito tempo. Eu acho que a gente fazer voz a toda essa morosidade que passa pela educação infantil de qualidade.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Andréia. Paulo, da Escola Comunitária Cheirinho de Mãe. Três minutos, Paulo. O Sr. Paulo Ricardo de Andrade está com a palavra

**SR. PAULO RICARDO DE ANDRADE:** Boa tarde, Paulo, da Escola de Educação Infantil Cheirinho de Mãe. Queria agradecer à Mesa por esse

momento; ao presidente da Mesa, o Ver. Fleck, que vem tomando a frente da educação infantil e isso nos dá muita segurança. Ao Fórum de Entidades também, que está sempre, de forma equilibrada, apoiando as entidades e levando a nossa necessidade à frente.

Eu queria dizer, tem uma questão que é... Os coordenadores e os dirigentes das escolas, esses também estão muito sacrificados ou sobrecarregados. Neste ano, eu dei uma fugida à praia por uns quatro dias, e ficaram me solicitando documentações de emendas parlamentares, de orçamento participativo e outras documentações. Então, isso é um ponto que não é o que eu ia colocar aqui, mas eu queria aproveitar para ver se tem como organizar isso, porque, senão, os coordenadores e os dirigentes não conseguem parar em janeiro de forma alguma, além das reformas nas escolas. É muita sobrecarga para nós também. Com relação aos professores, no ano passado tivemos uma reunião na Santa Casa com o prefeito, que prometeu, anualmente, um percentual para a correção até a chegada do piso do professor. Com isso, os professores tiveram... parece que se acalmaram um pouquinho e estão aguardando o cumprimento dessa promessa. Eles estão muito satisfeitos que chegue ao piso, então, é importante que o prefeito cumpra a promessa que fez no ano passado.

Com relação às crianças atípicas, nós tivemos, no ano retrasado, uma criança que foi um dos momentos mais difíceis para nós, porque ela agredia tanto as crianças como os professores. A nossa professora, a professora dele, um dia nos contatou e disse que achava que ia ter que se ausentar por questões de saúde. Depois de um ano trabalhando, e foi muito difícil mesmo, nós procuramos a Prefeitura para que nós reduzíssemos para meio turno. Foi muito difícil, porque a Prefeitura disse que nós deveríamos cumprir às 10h com a criança. Acontece que tem instituições do município que trabalham com crianças atípicas que elas se destinam uma hora só, às vezes, 45 minutos. Crianças com autismo, com TOD, que é muito difícil, por que a SMED nos obriga a cumprir um horário de 10h em uma escola que não tem essa estrutura? E os professores sofrem com isso também. Nós gostaríamos de ajudar muito essa criança, mas nós não temos estrutura para isso. Essa criança se formou, nós conseguimos manter o meio

turno, e ela foi para a primeira série, ela foi para uma escola do município. Lá ela teve um acompanhamento, e, se eu não me engano, depois de quatro ou cinco meses, ela não ficou mais o turno integral, as quatro horas da sala de aula. Ela ficou acompanhada dentro de uma sala com a coordenadora. Por que as parceirizadas têm que ter essa responsabilidade, enquanto outras instituições do município, que também trabalham com a mesma criança, podem ficar uma hora só com essa criança? Não que nós não gostássemos de ajudar. Então, essa é a nossa dúvida.

Outra coisa que nós gostaríamos também de solicitar é, assim como o prefeito e o secretário vão em algumas escolas, que eles visitassem todas as escolas, que colocassem na agenda deles visitar as escolas, conhecer as instituições, ver o trabalho que é bem feito, além de valorizar as instituições. Além de valorizar as instituições, ele vai ver as necessidades e o trabalho que está sendo feito.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Paulo. Agora, o Sr. Rui, da Escola de Educação Infantil Planeta Mágico, o sempre conselheiro tutelar. O Sr. Rui Antonio de Souza está com a palavra.

**SR. RUI ANTONIO DE SOUZA:** Boa tarde. Tudo bem, gente? É difícil, gente, é muito difícil a gente lidar com essa realidade da educação infantil, a realidade da educação no nosso País. Com essa realidade da educação infantil, a realidade da educação no nosso município, com essa postura da administração municipal. O que a gente viu aqui hoje, a saída do secretário, e não só isso, olha a discrepância que teve nos números apresentados pelo Conselho Municipal da Educação, pelo CMDCA, pelo Fórum, com os dados que a Prefeitura trabalha e apresenta. É uma discrepância enorme, gente. Então, não é sério o trabalho da Prefeitura nesse sentido. O que nós estamos vendo, gente? A Prefeitura, a administração atual, a cabeça dela está onde? Está na escola sem partido, enxergando fantasmas, o fantasma do comunismo, o fantasma de uma sexualidade mal resolvida e outros temas mais que eles se preocupam, e não se preocupam com a realidade da educação, de fato, nas nossas realidades

concretas. Olha só um exemplo, para a gente ver como a secretaria não chega lá nas nossas escolas. Nesta semana está acontecendo a ambientação das crianças novas do Berçário I. As crianças dos anos anteriores estão se readaptando à escola depois do período de férias, para receberem os colegas na semana que vem. Aí, no meio disso, na quinta-feira, vai ter uma formação da SMED, interrompendo esse ciclo. Interrompendo esse ciclo muito importante nessa preparação para o ano letivo. Então, nós começamos muito mal com essa visão que a Prefeitura tem, que a SMED tem, de não partir da realidade das escolas, não partir do conhecimento concreto de como é o dia a dia de uma escola de educação infantil. Então, nós temos muitos problemas. Para mim, é uma novidade essa coisa, eu sou conselheiro suplente na Lomba do Pinheiro, essa realidade de negar uma negativa de vaga, que a gente sabe a importância de ter uma negativa de vaga para uma mãe, da sequência, o processo aí, é uma coisa incrível. Para que se faz isso? Para maquiagem uma realidade da falta de vagas no município de Porto Alegre? É isso que se quer com isso? Outra coisa, a questão da... O Fleck tem razão. A compra de vagas é uma coisa fora da realidade. Fora da realidade das nossas comunidades. Eu moro na Herdeiros, não tem como uma família levar uma criança da minha comunidade numa creche particular que é distante. Não existe como. Então, é muita coisa fora da realidade. Então, centrem a cabeça... Como é o seu nome mesmo, companheiro? Jorge, centrem a cabeça na educação real e concreta, não nos fantasmas que vocês estão enxergando na educação. Centrem a cabeça na realidade concreta, apoiem as parceiras, sejam parceiros, de fato, das parceiras que estão fazendo um trabalho muito amplo para a educação infantil em Porto Alegre. E assim por diante, vamos... Embora eu não tenha esperança, eu imploro para que a administração faça alguma coisa de concreto para as nossas escolas, visite as nossas escolas. Para terminar, eu quero dizer o seguinte, eu estou lá na minha escola de educação infantil, nós estamos construindo um refeitório, porque a minha escola tem 15 anos, naquela época não tinha refeitório, a refeição era nas salas, a gente resolveu construir um refeitório, e daí o nosso engenheiro disse que a gente poderia fazer em cima do refeitório, fazer duas

salas, mais duas salas, mais 40 vagas. Eu estou fazendo isso com recursos buscados aqui e ali, né? Dinheiro pingado, fazendo coletas, buscando recursos aqui e ali, porque a gente não tem recursos para isso. Eu quero oferecer, eu estou oferecendo 40 vagas na Lomba do Pinheiro para educação infantil, e a administração, o Município, não me dá nenhum apoio. Obrigado. (Palmas.)

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Rui. Agora, Sra. Dinamara, da Amovitec. Sra. Dina, você tem três minutos.

**SRA. DINAMARA LAUX DA SILVA:** A minha pergunta é para o conselho. Porque eu, quando me dizem que vou ser um dirigente, vou ser um responsável por uma secretaria, por um conselho, mesmo não tendo estrutura, tem que trabalhar. Eu estou, desde 2016, enviando documentos, ligando para o conselho, e nenhuma resposta. Cheguei a ser convidada pelo conselho para ser entregue a renovação do nosso certificado – que é um papel, um certificado – e, cheguei lá, ele não estava pronto. Agora, fica a SMED empurrando para o conselho, e o conselho empurrando para a SMED.

Faço parte da temática da educação pela minha região, com meus parceiros do OP, que estão aí. Faz oito anos, e há oito anos eu levo a resposta, porque eu assumi o compromisso. Quando a pessoa assume um compromisso de ser um diretor, de ser um presidente, de ser qualquer coisa, não é a estrutura física que vai dizer que ele não pode trabalhar. Isso eu estou falando da tripartite lá atrás: CMDCA, junto com o fórum e o CME. Pelo menos era assim nas visitas, quando se chamava de tripartite, para termos essas parcerias. Agora, é fácil chegar aqui, criticar e dizer que a gente não tem. A gente não tem não é porque não quer, as pessoas não vão até o fim porque, hoje, tudo virou uma politicagem. Tudo uma politicagem. Quem tem um político por trás, tem o seu certificado. É bem isso o que acontece. Aí, passa dentro da secretaria, passa dentro do conselho. Escolas que são denunciadas, que nem deveriam ter credenciamento, têm credenciamento. Não estou falando nem de particular, estou falando de comunitária mesmo. Então, acho que é muito raro dizer que não tem fiscalização.

Posso dizer que temos, sim, uma fiscalização da SMED. Muito doída. Se o conselho não sabe, é porque não participa. Se não está fazendo a fiscalização, é porque não quer – porque não quer.

Nós, do fórum, não tínhamos sede. A CMDCA não tinha sede, nós batíamos de porta em porta, como batemos até hoje, para fazer reunião. E não deixamos de fazer a nossa atribuição. A mesma coisa lá com o dirigente. Ele não tem. Agora, na enchente, todo o atendimento da minha comunidade foi para dentro da minha casa, porque a minha casa tinha o segundo piso. Então, a gente só não trabalha quando não quer. Mas, agora, colocar a culpa em secretaria, botar no conselho? Acho que tem que dar uma virada de cadeira e ver quem é que é pela sociedade civil do CME e terminar com isso.

Eu já levei quatro notificações do Ministério Público querendo saber por que não me credenciaram. Respondi para o Ministério Público, está aí o Fleck, que não me deixa mentir. Agora, dia 28, recebi uma. Então, me manda os documentos que tu mandaste para a SMED e para o próprio CME. Eu mandei a documentação que é pedida todos os anos, mas nunca chega. Desde 2016, a Amovitec não tem, a Tecnobaby não tem credenciamento. E posso lhe dizer, sim: fiscalização nós temos da SMED, porque nada do que formos comprar, nada que formos fazer, temos que fazer um plano de trabalho onde a gente se diga. Então, não é bem como tu dizes, que não tem fiscalização. Tem fiscalização, sim. Pode ser que em algumas outras que tu visitaste, porque a nossa tu não visitaste. E as demais aqui, eu acho que não.

Acho que isso é o que tinha que ser dito, que foi fiscalizado, que acharam coisas irregulares. Quando se fala isso, coisas irregulares, não pode botar todo mundo no mesmo joio, no mesmo trigo. Obrigada.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Sra. Dinamara. Sra. Maria de Guadalupe, representante do gabinete da deputada Sofia Cavedon. Maria, a senhora tem três minutos.

**SRA. MARIA DE GUADALUPE MENEZES DE LIMA:** Boa tarde, cumprimento a Mesa, as autoridades, os vereadores, as vereadoras, as instituições, as entidades e todos e todas aqui, representando suas escolas, suas entidades. Represento aqui, então, a deputada estadual Sofia Cavedon, que, nos últimos dois anos, além das ações do seu mandato, presidiu a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado.

Dentre as ações da Comissão de Educação, a deputada Sofia vem desenvolvendo ações específicas voltadas para a educação infantil. Muitas e muitos aqui sabem, acompanham e participam. Este é um registro, se vocês ainda não têm, podem nos procurar, é uma publicação com os dados atualizados da educação infantil de Porto Alegre. Nós também temos uma publicação da educação infantil do Estado do Rio Grande do Sul. Infelizmente, Porto Alegre faz parte do coletivo de 250 municípios gaúchos, dos 497, que não atendem à meta de atendimento de 50% das crianças de 0 a 3 anos. Tenho pouco tempo, então, eu quero dar ênfase a dois pontos, que, inclusive, já foram apresentados em outro momento como este, no ano passado, na Defensoria Pública, em um GT de trabalho, ao então secretário de Educação.

Porto Alegre, assim como outros municípios, vem passando por um processo de municipalização. Foi dito aqui pelo secretário – não sei se pelo secretário adjunto, mas um dos dois falou aqui – que a gente sabe que tem ocorrido o fechamento de turmas de primeiro ano do ensino fundamental em Porto Alegre. A grande parte, ou talvez a totalidade, sem discussão com as comunidades, as famílias são informadas de que não vai ter turma de primeiro ano. Escolas fechadas. Um exemplo aqui é a escola Rio de Janeiro. Vocês devem ter acompanhado como foi o processo. A escola, apesar de muita luta, foi fechada e segue fechada.

O que eu quero dizer? Muitos municípios gaúchos vêm resolvendo ou minimizando esse problema, que é gravíssimo, por meio do regime de colaboração. Estado e município sentam à mesa, os gestores conhecem o regime de colaboração, fazem a radiografia do problema, onde estão as maiores vulnerabilidades e tomam as decisões. Como que Porto Alegre vai assumir a

manutenção de escolas estaduais se não atende as crianças de 0 a 3 anos? A população de crianças de 0 a 3 anos de Porto Alegre – vou falar de 0 a 3, porque não vai dar tempo de falar tudo – é de 49.879 crianças, a fonte é o Censo Escolar INEP-MEC 2023. Dessas 49.800, 19.000 estão nas creches. Então, a dívida de Porto Alegre é gigante. Uma sugestão, a segunda, além de qualificar o regime de colaboração, vocês sabem que o Instituto de Educação, que foi todo reformado e entregue à comunidade escolar, tem um bloco, ou seja, um prédio para a educação infantil. O governo do Estado decidiu que não vai destinar à educação infantil. Eu visitei o prédio com a deputada Sofia, tem lactário, refeitório, salas adaptadas. O governo do Estado vai fazer um museu e um centro de formação em metade do prédio.

Ora, eu penso que a Prefeitura, o Município, tem que pautar essa questão. A municipalização passa por isso, pelas necessidades do Município e do Estado. Eu vou concluindo. Obrigada por me ouvir.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Sra. Maria. Leva o nosso abraço para a deputada Sofia Cavedon. Sr. Leonardo, da escola Cantinho dos Piás. O senhor tem três minutos, Leo.

**SR. LEONARDO RODRIGUES:** Obrigado. Boa tarde a todos. Fleck, deixo aqui nossa gratidão. Nós passamos com muita dificuldade esses dois últimos anos, porque tivemos diversos desafios, desde uma dívida trabalhista até a regularização de documentos. Essa dívida trabalhista nos leva a uma dificuldade financeira enorme, mas não abrimos mão da qualidade. Em nenhum momento, nossa escola, com todas as dificuldades que enfrentamos nesses últimos dois anos, abriu mão da qualidade. Nossa escola hoje tem atendimento de psicólogo, nós temos um AEE com psicopedagogo para ajudar as professoras e as famílias. Mesmo assim, nós temos grandes dificuldades. Eu acredito que o grande desafio, e pedi a palavra, não iria falar, mas senti falta de entender o tempo da criança. A gente esquece do tempo da criança, porque decidir que uma criança tem que ficar oito horas, dez horas, doze horas, quatro horas, duas horas numa

escola, e não entender o tempo daquela criança é não compreender o que é educação infantil. Se nós não voltarmos, presidente, se nós não voltarmos a discutir educação infantil na perspectiva do tempo da criança, nós estamos cometendo um erro gravíssimo, que é gravíssimo no seu aprendizado. A criança precisa aprender no seu tempo. E eu falo no tempo cronológico, mas no seu tempo de capacidade. E as suas limitações, e muitas delas estão relacionadas às suas deficiências. Ter esse apoio que nós temos lá na nossa escola nos fez perceber, e eu agradeço a parceria da Educação Especial do Município, Fleck, porque nós temos parceiro lá. Paloma é uma pessoa incansável, é uma pessoa só para atender toda a nossa região, mas ela tem sido incansável e compreendeu a nossa escola, e atendeu a nossa comunidade, e aí sim, entendendo o tempo da criança, a gente começa a fazer educação infantil de verdade. Exigir que uma criança fique dez horas dentro de uma escola, e não entender que aquela criança ainda – porque isso tudo depende de um trabalho – precisa de uma demanda que na saúde não é atendida, porque ela precisa de neuro, ela precisa de fono, ela precisa de psicopedagogo, ela precisa de TO, e sem isso é impossível garantir todo o tempo que se imagina hoje, administrativamente, para uma criança na educação infantil. Nós precisamos compreender o tempo da criança, e mais do que isso, compreender as suas necessidades. Exigir que uma criança que tenha, dentro do espectro autista, uma dificuldade imensa de se relacionar com os colegas, que ela fique dentro de sala de aula, na minha opinião – e eu vou ser muito drástico –, chega a ser criminoso, porque nós não estamos ajudando que essa criança se desenvolva. Na minha escola, a Cantinho dos Piás, nós acreditamos que a gente pode fazer com que as nossas crianças sejam adultos capazes de tomar decisões difíceis na sua vida adulta. Sem isso, não faz sentido a gente existir. Muito obrigado, gente.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Muito obrigado, Leonardo. Para encerrar, então, a conselheira Vitória.

**SRA. VITÓRIA SANT'ANNA SILVA:** Boa tarde. Sou conselheira tutelar da Região Centro. Faço parte da Comissão de Educação, e também dos Conselhos Tutelares. Nos últimos quatro anos, fui gestora de uma escola de educação infantil conveniada, então, me solidarizo imensamente com todos esses relatos, porque foram quatro anos extremamente difíceis, onde a gente, nessa parceria, consegue perceber que existe uma parceria das comunidades, das entidades com a cidade, com responsabilidade civil, com as famílias, mas pouquíssima parceria do gestor público. É isso que existe hoje. Então, ouvindo todos esses relatos, a gente percebe, não consigo pensar em outra frase do Darcy Ribeiro, que diz que a crise da educação não é uma crise, ela é um projeto. Porque nós, atualmente, estando no Conselho Tutelar, meus colegas, temos problemas estruturais também, Aline, que fazem com que o nosso trabalho seja dificultado. Não é só o Conselho Municipal de Educação, existe um projeto para que seja muito difícil para que as crianças tenham os seus direitos garantidos. Vou falar um pouco da atuação do Conselho Tutelar, e acredito que a gente precisa sair daqui com uma resposta da Secretaria de Educação. O nosso principal instrumento de trabalho é a aplicação de medidas de proteção em favor de uma criança. Essa criança tem o direito de estar na escola e tem crianças que precisam estar obrigatoriamente na escola, que têm expedientes no Conselho Tutelar de duas ou três pastas, geracional da sua família, de violações de direitos, que a gente recebe essa criança e fala que essa criança precisa estar na escola. E a gente aplica uma medida de proteção. Esse é o nosso instrumento de trabalho. A gente fica lá todos os dias, eu e os meus colegas, aplicando medidas de proteção. A gente faz uma conversa com os responsáveis e fala: essa criança precisa estar na escola. Essa família hoje, se for até a central de vagas, ela não vai conseguir. A gente precisa sair daqui com uma resposta. Não é possível que o ano letivo está iniciando e uma mãe não vai conseguir agendar, porque não tem horário disponível. A gente faz um trabalho de receber a família, de aplicar a medida de proteção, mas essa família não consegue acessar a central de vagas. E esse mutirão da Defensoria Pública pode não ser produtivo, porque centenas de famílias não têm a negativa. Um dos documentos que a

Defensoria Pública colocou no Instagram, que vocês podem ver, para dar entrada no pedido de compra de vagas, é a negativa de vaga. E se essa família não tiver a negativa no dia 13, agora, no centro de Porto Alegre, ela não vai conseguir entrar com a compra de vaga. E essa medida de proteção que o Conselho Tutelar aplicou em favor dessa criança não vai ser cumprida. A conta fica onde? Essa criança e o direito dessa criança? Então a gente precisa sair daqui com uma resposta. Se o Conselho Tutelar pode, já imediatamente requisitar as vagas das famílias que não estão conseguindo agendar na central de vagas, ou qual é o encaminhamento que nós vamos dar nessa situação para poder acelerar, inclusive, o processo da Defensoria Pública. Obrigada.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, conselheira Vitória. Vamos fazer uma rodada final aqui com os integrantes da Mesa. Então, dois minutos, para nós não nos estendermos demais. Podemos começar com a Carol.

**SRA. CAROLINA AGUIRRE DA SILVA:** Eu acredito que é importante colocar até na fala da conselheira tutelar que são três negativas. Então, além de um montão de documentação, são três negativas que a família tem que levar. E isso me preocupa muito, porque, como disse a presidente Aline, tem famílias que não acessam sequer o portal de vaga, o *app* de vaga, porque não têm celular. A família chega lá e não sabe nem o seu e-mail, o seu telefone, muito menos a data de nascimento do seu filho. Então, é muito complicado a gente pensar de que é uma burocracia para um direito que tem que ser garantido.

Estava anotando também algumas questões aqui sobre as escolas que acabaram tendo sua parceria encerrada. Sei que tem algumas escolas em que, talvez, ainda tenham essas parcerias encerradas. E a minha grande preocupação, além dessas instituições que defendo também. Essas crianças vão estar onde? Essas crianças vão ter continuidade de atendimento, como disse o secretário Maurício, mas para quando? Nós, enquanto instituições, iniciamos o atendimento das crianças agora no dia 10. Essas crianças vão estar já sendo atendidas agora? E outra questão também, como a presidente Aline

falou, sobre o setor de regulação da SMED, que nós vamos ter que pensar, e a gente já fez a provocação ao CME, é a questão dos protocolos. O CME aceita, muitas vezes, os protocolos, por exemplo, o PPCI, mas o setor de regulamentação da SMED não aceita o protocolo. Isso tranca todo o processo, porque isso a gente vai ter que conversar, e eu acho que é uma questão de fluxo, realmente, e, enquanto instituição, enquanto Fórum CMDCA, a gente se coloca para conversar sobre isso, porque a gente precisa envolver mais pessoas para a gente poder liberar essas questões. E, para terminar, também nós pensando na questão de suportabilidade da criança com necessidade especial. Então, a gente tem que pensar, enquanto SMED, o setor de necessidade especial, educação especial, tem um nome específico para isso ali, não sei o nome do setor agora, mas tem a possibilidade de envolver o Conselho Tutelar, a SMED, a família e a própria instituição para fazer esse acordo com a família de redução de carga horária. Isso é super possível, a gente, enquanto instituição, várias instituições já fizeram isso. Uma das questões que acho que a gente vai ter que trabalhar também é que estão surgindo algumas demandas do Ministério Público, da Defensoria e do Juizado solicitando que as escolas façam alguns atendimentos especializados, confundindo, na verdade, o que é escola e o que seria saúde. Então, a escola, por mais que ela possa ter profissionais como psicopedagogo, como talvez um psicólogo, esses profissionais não são para atendimentos individuais. O atendimento não é naquele momento, ali é uma escola, não é uma clínica. São coisas totalmente diferentes. Ah, mas a escola pode contratar. Pode, é ótimo para qualificar, mas não é um atendimento individualizado e não substitui a saúde que tem que ser fornecida a essa criança. Muito obrigada.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Carolina. De imediato, então, passo para o Lino para as suas considerações finais.

**SR. LINO MORSCH:** Eu acredito que, mais na linha de encaminhamentos, aproveitando a presença do secretário, nós vamos ter um ano de edital. Então,

encaminhar também... O Fórum se coloca à disposição para auxiliar nessa composição do edital, quem sabe chegar aos R\$ 1.300,00, que é pago para compra de vaga. Vamos passar esse valor para as conveniadas também. Então, isso nos ajudaria a qualificar cada vez mais esse processo, porque o que a gente recebe não chega a R\$ 900,00, e é pago R\$ 1.300,00 na compra de vaga. Mas o edital está aí, eu acho que o edital é uma oportunidade para a gente poder rever o valor da meta. E, já nisso, também trazer a questão da solicitação de um calendário, da questão dos reajustes que a gente está falando, da questão das contas que bateram à nossa porta em 1º de janeiro, e que a gente está com muita pressa de poder resolver e não deixar acumular. Tem entidades que estão deixando para não pagar o dissídio, e isso vai virar uma bola de neve. Então, se puder apresentar para nós um calendário já de pagamento desses reajustes e de qualificação para a educação infantil.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** A Sra. Aline Kerber está com a palavra.

**SRA. ALINE KERBER:** Acho que tem várias questões para pontuar. Primeiro, acolho e entendo completamente o que foi trazido aqui pelas escolas parceiras e comunitárias, me solidarizo e tenho sido uma defensora desse trabalho dentro do Conselho Municipal de Educação, junto à representante de vocês, que é a Elaine Timmen, representante da Zafon no conselho. E, sem sombra de dúvidas, quem segura hoje a educação infantil é a escola parceirizada, e acho absurdo que, ao invés de receber R\$ 1.300,00 e R\$ 1.600,00, que é para o berçário, o valor seja R\$ 900,00. E a gente tem feito essa defesa e também o fortalecimento das escolas conveniadas. Quando falo de fiscalização, e gostaria que a senhora também me escutasse, não estamos falando da fiscalização e irregularidades nas escolas parceiras. Estamos falando das escolas privadas e que têm compra de vagas. É importante recompor a narrativa e não enviesar, e que o conselho seja escutado e compreendido a partir da declaração objetiva que foi feita. Então, acho que essa questão é bastante importante.

Mas quero também trazer, e acho que é importante, a oportunidade de nos encontrarmos, que façamos a diferenciação entre conselho e poder público. O poder público é o responsável pela gestão e pela administração do sistema. O conselho faz o controle social, é um órgão estatal, e que faz o controle social dessas políticas públicas. Eu, no conselho, represento o segmento, é a primeira vez na cadeira da presidência, de mães e pais. E não é qualquer segmento de mães e pais, é mães e pais pela democracia. Então, estamos ao lado de vocês, da base, trabalhando pelas políticas públicas de educação e pela prioridade absoluta das crianças.

Então, vou usar um pouquinho mais, porque também tem coisas para serem pontuadas.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Vou pedir que seja breve, vou te dar mais um minuto, porque os vereadores também vão falar, e a gente precisa concluir.

**SRA. ALINE KERBER:** Então, acho importante colocar que, em 2022, todos os conselhos da cidade foram arrebatados pela gestão Melo, e o Conselho de Educação também, está aí a conselheira Vitória trazendo a realidade do conselho tutelar. Sede, estrutura, não é favor, e não se faz trabalho de qualquer jeito, é obrigação do ente federado, no caso, do Município, oferecer e nos entregar qualidade de trabalho. Nós fazíamos entre 40 e 50 credenciamentos por ano. Agora está represado não 20, secretário, mais de 30 dentro do conselho, porque nós só temos um terço dos servidores públicos disponibilizados, e foi mudada a composição do conselho. Hoje, o conselho, gostaria de deixar bem claro, a metade é do Executivo. É indicação do Melo. E metade somos nós, da sociedade civil, fazendo um trabalho inglório, buscando apoiar as políticas públicas. Então, hoje, há uma rotatividade que nos impede, inclusive, de fazer credenciamento. Nós não temos gente suficiente dentro, e, bom, todas as condições aí, já colocadas, sem sede, sem RH, e que nos deixa... O Ministério Público falou, é o Executivo que está deixando inoperante o

Conselho Municipal de Educação. Isso não é achismo, é o que o Ministério Público declarou.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Aline. A Sra. Salete Basso de Lima Alminhana, conselheira tutelar, está com a palavra.

**SRA. SALETE BASSO DE LIMA ALMINHANA:** Então, quero agradecer o convite, dizer que nós estamos à disposição da população para estar cobrando as políticas públicas, porque nós somos o lobo mau da história, a gente cobra, cobra, cobra de quem nos paga o salário, mas essa é a nossa função, de garantir o direito da criança e do adolescente. E a gente fez um apanhado aqui, porque nós estamos muito preocupados, inclusive, depois, uma outra pauta, acho que tem que ser o ensino fundamental, porque nós temos crianças, desde junho do ano passado, com conhecimento do Ministério Público e de todos os órgãos fora da escola, e quando a gente diz que é para responsabilizar o pai e a mãe, o Ministério Público, tanto quanto o Judiciário, são bem ágeis. Mas, da forma contrária, para garantir um direito é muito difícil. Então, a gente vai deixar esse documento aqui com os dados, que a gente fez um apanhado também do histórico da falta de vagas na cidade de Porto Alegre, como Conselho Tutelar. Muito obrigada.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Salete. Gostaria de registrar que a Defensoria Pública e o Ministério Público foram convidados, mas, como ambas as representações tinham compromisso, a Defensoria com a audiência e o Ministério Público também, não se fizeram presentes. Mas, certamente, estarão num próximo momento conosco.

A Ver.<sup>a</sup> Juliana de Souza está com a palavra.

**VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT):** Rapidamente, eu quero dialogar com a fala que o Rui fez aqui, porque o problema que nós temos para resolver os desafios que a rede parceirizada tem, ele é um problema de escolha política.

---

Tudo que foi citado aqui depende de investimento. Garantir a sustentabilidade, as condições de funcionamento das escolas, tendo que cumprir o que precisa, conforme a Jussara apontou aqui, exige investimento. Garantir os profissionais de apoio à educação para os estudantes, público-alvo da educação especial na rede parceirizada, exige investimento. Garantir a valorização salarial dos trabalhadores da educação na rede parceirizada exige investimento. Investimento é questão de prioridade política. E a prioridade política da SMED, como o Rui bem falou aqui, não é garantir o direito à educação em Porto Alegre, mas, sim, ficar procurando os fantasmas para atacar a gestão democrática, fazendo intervenção nas escolas da rede municipal, e não pagar também os professores, não garantir o direito à educação, sucatear as nossas escolas. Não é novidade, Fleck, que o prefeito Melo não acha que é importante valorizar os trabalhadores da educação. Nós estamos sem reajuste também na rede municipal, porque fomos acusados de ser culpados quase pela enchente. A gente não recebe reajuste porque teve enchente. Vejam, isso é a posição do prefeito Melo.

Nós temos, na verdade, aqui pelas falas de vocês, muito nítido que a relação que a SMED tem com a rede parceirizada é que nem aquele relacionamento abusivo que se tem com o parceiro. Você está casado com ele, mas ele não está casado com você. Então, vocês são parceiros da cidade, das crianças, das mães, vocês são parceiros da SMED, mas a SMED não é parceira de vocês. Essa é a verdade. É isso que está colocado aqui.

Para finalizar, eu quero pedir que a gente consiga aprofundar o debate do direito à educação para as crianças, público-alvo da educação especial. Coloco-me à disposição, sou professora da rede de educação especial, acho que nós temos que discutir com a SMED o tema da estimulação precoce na rede parceirizada, o tema do suporte adequado para garantir o direito à educação. Nós não podemos reproduzir, na rede parceirizada, as violações do direito à educação que nós temos nas nossas escolas. Acho que algum dos dirigentes falou aqui que, nas escolas de rede própria, tem aluno que fica uma hora na escola, pois, na minha escola, tem aluno que fica 15 minutos por semana. Mas eu não quero

que os alunos fiquem 15 minutos por semana na rede parceirizada; eu quero que a gente dê as condições de acessibilidade, de atendimento, para que todos possam, na rede própria ou na rede parceirizada, terem garantido seu direito à educação e ficar na escola de acordo com a sua suportabilidade. É isso que nós precisamos garantir. Isso é educação inclusiva. Educação inclusiva não é o que o Município de Porto Alegre faz com a gestão do governo Mello. Muito obrigada.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Juliana. A Ver.<sup>a</sup> Grazi Oliveira está com a palavra.

**VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL):** Toda vez que ele me dá meu tempo, eu digo que loucura. Quem gosta de falar bastante... professor é terrível. Mas, enfim, eu acho que está dado. Nós escutamos aqui. Fizemos o papel de acolher a comunidade, entender as necessidades e quero reforçar, enquanto Comissão de Educação, o que foi apontado aqui como uma cobrança à gestão, ao Executivo, mas também colocando esta comissão à disposição para construir. Nós queremos que, de fato, se resolva. Eu acho que esse é o intuito desse nosso encontro, desse momento aqui. Então, nós temos questões para encaminhar. Nós precisamos, enquanto comissão, assumir a responsabilidade de organizar o mutirão e ajudar no credenciamento das novas escolas. Então, esse é o primeiro ponto.

Nós precisamos acelerar as negativas para que as famílias possam ter um retorno imediato da Secretaria de Educação. Então, o secretário, Central de Vagas, com urgência, precisa ser ampliada.

Nós precisamos providenciar sala, espaço para o Conselho Municipal de Educação. Se nós não estivéssemos com essa estrutura aqui, nós não estaríamos acolhendo vocês e ouvindo as demandas de vocês. Então, eu me coloco no lugar do Conselho, principalmente, acho que você não disse isso, Aline, mas você é mãe, mas você não disseste que não ganha para estar no Conselho, você está lá como qualquer conselheiro da sociedade civil, que é diferente do Executivo, que ganha para executar o seu trabalho e que

minimamente precisa fazer. Então, sim, precisamos dar ferramentas para que o Conselho trabalhe e que nós possamos credenciar essas escolas o mais urgente possível.

Nós precisamos também fazer alteração do regime de colaboração. O credenciamento, além de ser urgente; nós precisamos pensar nesse regime de colaboração, como dito pelo companheiro, esse calendário, se apresentada uma proposta, secretário, que possa, de fato, responder às necessidades das nossas parceirizadas, é, de fato, necessário que se tenha um retorno imediato. Fiquei preocupada quando, eu não lembro agora o nome, a Jussara relata que vai ter que pensar se vai conseguir pagar ou não, de acordo com as questões trabalhistas, e me preocupa mais ainda, porque eu já tenho conversado e dialogado com algumas parceirizadas que têm problemas trabalhistas de questões anteriores. Como nós vamos poder ajudar as escolas a resolver esse problema? Como as escolas vão conseguir resolver esse problema se o dinheiro que chega mal dá conta das necessidades da escola?

E, por fim, acho que é importante batermos o martelo em relação à EMEI Tio Barnabé. Eu ouvia atentamente o retorno do secretário, mas eu acabei aqui de receber o retorno das famílias que nos questionaram. O problema da EMEI Tio Barnabé, secretário, é o seguinte: a turma de B1 não foram chamados, os pais, para matrícula. As escolas estão começando semana que vem, e as famílias de B1, que é de zero a um ano e pouco, as 15 famílias que foram contempladas com as vagas não foram chamadas para fazer a matrícula e poderem começar a adaptação com o início das aulas. Então, em relação à EMEI Tio Barnabé, a situação é pior, as famílias nem foram chamadas para fazer a matrícula. Agradeço esse espaço, agradeço a todos que puderam estar aqui debatendo conosco; também nos colocamos à disposição para seguir o trabalho. Obrigada.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Grazi. O Ver. Carlo Carotenuto está com a palavra.

**VEREADOR CARLO CAROTENUTO (REPUBLICANOS):** Só quero agradecer a todos por estarem aqui, coloco-me à disposição de todos, tanto da Prefeitura – os vereadores que estão aqui, os gabinetes estão sempre à disposição. Então, eu agradeço a todos.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Obrigado a todas e todos pela luta coletiva pela educação; só queria reforçar uma última questão ao secretário. É possível dar um prazo de recomposição do RH do Conselho para resolvermos essa questão dos credenciamentos? Acho que isso vai nos ajudar bastante. A presidente do Conselho falou que está só com um terço do RH; se fosse possível liberar alguma coisa essa semana, ajudaria bastante. Então, minha pergunta específica sobre isso. E, claro, não vou refazer a pergunta anterior que eu falei, mas acho que é a principal do dia. Obrigado.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, Ver. Jonas. O Secretário Jorge está com a palavra – o senhor tem dois minutos.

**SR. JORGE LUIS RODRIGUES MURGAS:** Bom, então, dois minutos... Eu queria também colocar para a Jussara e para os demais, eu estou como adjunto, lá na SMED são dois adjuntos, então, a secretaria está aqui ouvindo vocês, participando. Eu sou parceiro da rede, viu, Leonardo? Não é só com a Paloma, você pode contar comigo também. E aqui eu conheço vários rostos da rede parceirizada; então, a maior parte deles eu conheço aqui. Então, a SMED, sim, está lado a lado com a rede parceirizada e vai fazer o melhor para poder dar o suporte para vocês. Nós temos hoje um problema de fluxo de processos na prestação de contas; a equipe técnica da SMED se detém e fica muito presa a isso, e, no nosso ponto de vista, a gente tem que mudar esse fluxo para que eles possam dar o apoio, no pedagógico, para vocês. E a gente quer tentar desburocratizar essa questão da prestação de contas. A gente vai fazer alguns

---

encaminhamentos, depois eu posso dar o retorno individualmente para todos os vereadores e para a comissão, da questão do dissídio, do calendário de pagamentos, como o Lino colocou, da recomposição de RH para a Aline. E a questão do credenciamento também, acho que o Maurício colocou algo que é importante e que a gente sabe que também nos trava, e acho que essa foi a colocação dele, a gente poder entender o fluxo e melhorá-lo para que a gente possa tornar mais célere a questão do credenciamento, que é importante, no final das contas, para oportunizar vagas para quem mais precisa. Eu fiz várias anotações aqui, todas elas basicamente tratam dos mesmos temas. Então a gente leva isso para dentro da SMED, internaliza isso e traz um retorno para vocês em relação a esse calendário de pagamento, ao dissídio, à discussão do próprio dissídio coletivo, ela tem que ser anterior, mas nós temos um problema de orçamento, que talvez nós temos que achar uma solução, orçamento sempre é votado anteriormente. Então, talvez tratar isso de uma outra forma, encontrar uma solução dentro do orçamento de 2026 e dizer que a gente está trabalhando muito forte para que a gente possa realmente ampliar o número de vagas. Eu sou entusiasta da rede parceirizada, acredito que é a forma mais rápida de a gente oportunizar as vagas para quem mais precisa. E nós temos projetos a longo prazo, como eu falei, da Escola Bem-Cuidada, que são dez novas escolas, em locais onde há necessidade, há demanda de vagas. Não é o suficiente, porque totalizam aproximadamente 2 mil vagas, então acredito que esse conjunto de ações, rede parceirizada, Escola Bem-Cuidada, que é a construção de dez novas escolas, e a compra de vagas também pontualmente, eu acredito que a gente possa chegar ao final do ano com um alcance muito próximo desse déficit de vagas na rede. Então, basicamente, sobre isso eu dou retorno para todos os vereadores ainda essa semana. Rui, eu quero visitar a sua escola, sou um parceiro, quero conhecer lá. A gente recebeu algumas declarações de escolas parceirizadas que têm condições de ampliar o seu atendimento – vamos trabalhar muito forte nisso. Está bem? Obrigado. Obrigado a todos, fico à disposição.

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Obrigado, secretário Jorge. Antes de finalizar, eu gostaria de agradecer a presença de todos os vereadores, de todos. Nós vamos ter que encaminhar para o final, porque nós estamos a um minuto. A Sra. Jussara Cabeda está com a palavra por um minuto.

**SRA. JUSSARA CABEDA:** (Início do pronunciamento fora do microfone. Inaudível.) ... que eles acatassem a nossa necessidade de só pagar o dissídio quando a Prefeitura repassar a diferença, repassar a verba. Dá para fazeres isso como Sinibref?

**PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):** Jussara, nós vamos encaminhar essas demandas. Inclusive, falei com a Ver.<sup>a</sup> Grazi, vou falar com a Ver.<sup>a</sup> Juliana, com o Ver. Jonas e com o Ver. Carlo para fazer parte, então, da nossa frente parlamentar em defesa, não só das escolas de educação infantil, mas também de todas que fazem atendimento na assistência social. E, com certeza, acho que o maior encaminhamento que nós temos que ter, que é uma discussão que eu já vinha travando desde o ano passado, é estabelecer na nossa convenção um piso. Isso é de extrema importância para acabar com a carnificina entre as entidades, porque uma entidade oferece um pouco a mais, o professor sai daqui, está com a turma adaptada, abandona, porque é direito dele que ele quer ganhar mais. Então, nós vamos trabalhar isso. Já quero fazer o convite aqui de pronto para integrarem a frente parlamentar. Vocês também podem fazer parte da frente parlamentar. Vai ser uma discussão muito produtiva para nós incutir na cabeça do gestor, de quem define, de quem tem o poder da caneta, para nós podermos resolver essa situação das escolas.

Para finalizar, eu queria entregar aqui para cada vereador, a presidente do Sinibref Inter, que é o sindicato que representa as escolas, não só as escolas, mas todas as entidades sem fins lucrativos, junto com a Editora Paulus, que é o braço social da editora, criou o Programa de Direito e Cidadania; bons livros podem iluminar as pessoas. Esses livros também, em conjunto com o Foro de

Entidades e com o CMDCA, vão ser distribuídos na rede parceirizada, mas eu queria entregar um exemplar para cada vereador que compõe aqui para dar uma analisada e, quem sabe, no futuro também fazer uma sugestão. Obrigado a todos, boa tarde. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h46min.)

TEXTO SEM REVISÃO